

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ABERTURA ECONÔMICA E PROTECIONISMO:  
ALGUMAS EVIDÊNCIAS**

*MARIANA GOMES DE FREITAS DAMASCENO*

**Fortaleza, Julho de 2000 — |**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

**ABERTURA ECONÔMICA E PROTECIONISMO: ALGUMAS  
EVIDÊNCIAS**

**Aluna:** Mariana Gomes de Freitas Damasceno  
**Orientadora:** Maria Goretti Serpa Braga

Monografia submetida à coordenação  
do curso de Graduação em economia  
da Universidade Federal do Ceará,  
como parte dos registros necessários  
à obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Fortaleza - Ceará  
2000

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e se encontra à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Média

\_\_\_\_\_  
Mariana Gomes de Freitas Damasceno

Nota

\_\_\_\_\_  
Prof(a) Maria Goretti Serpa Braga  
(Prof. Orientador)

Nota

\_\_\_\_\_  
Prof(a) Euripedys Ewbank Rocha  
(Prof. Membro da Banca Examinadora)

Nota

\_\_\_\_\_  
Prof(a) Agamenon Tavares de Almeida  
(Prof. Membro da Banca Examinadora)

Monografia aprovada em 03 de Julho de 2000.

## AGRADECIMENTOS

Senhor, meu Deus e meu Pai, eu Vos agradeço pela luz que me dais todos os dias, com os merecimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, pelas mãos da Santíssima Virgem Maria e em comunhão com o Espírito Santo.

Agradeço ainda, aos meus pais e irmãs pelos incentivos e a concretização dos meus estudos.

Agradeço também, ao Gilvan por toda sua ajuda prática e moral em minha formação universitária.

Agradeço igualmente, à Professora Goretti pela colaboração neste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria sido concretizado.

Por fim, estendo os meus agradecimentos a todos os meus familiares e amigos que acompanharam de perto a minha caminhada em meus estudos.

Dai-me, Senhor, a graça de Vos servir em tudo o que eu fizer.

Muito Obrigada.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>01</b>
--------------------------	-----------

### **Capítulo 1: Neoliberalismo e Seus Efeitos Globalizantes**

1. Introdução.....	02
1.1. Origem do Neoliberalismo e Sua Conceituação.....	02
1.2. Consenso de Washington: Breve Ensaio Teórico e prático.....	09
1.3. Notas Conclusivas.....	12

### **Capítulo 2: Comércio Internacional e Seu Protecionismo**

2. Introdução.....	14
2.1. Desenvolvimento Histórico do Comércio Internacional.....	14
2.2. GATT – Acordo Geral de Comércio e Tarifas.....	19
2.3. OMC – Organização Mundial do Comércio.....	21
2.4. Notas Conclusivas.....	24

### **Capítulo 3: A Balança Comercial Brasileira, Destacando o Plano Real**

3. Introdução.....	25
3.1. Retrospectivas Globais da Abertura Econômica do Brasil e Suas Políticas Adotadas.....	25
3.2. A Balança Comercial Brasileira.....	35
3.3.1. Os Três Anos Iniciais da Abertura Econômica (1990-1993), Voltados para os Resultados da Balança Comercial.....	37

3.2.2. A Balança Comercial Brasileira – 1994 à 1999.....	41
3.3. A Balança Comercial Agrícola Brasileira, no período de 1994 à 1999.....	46
3.4. Notas Conclusivas.....	52
<b>Conclusão.....</b>	<b>54</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>57</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela I - Reservas Internacionais Brasileiras (1994 à 1999).....	Anexo
Tabela II - Juros: Taxa Básica Anual (1990 à 1999).....	33
Tabela III - Brasil: Grau de Abertura da Economia.....	34
Tabela IV - Participação do Brasil no Comércio Mundial.....	34
Tabela V - Brasil: Crescimento do PIB e das Exportações.....	35
Tabela VI - Saldo/Exportação/Importação do Brasil (1990 à 1993).....	41
Tabela VII - Saldo/Exportação/Importação do Brasil (1994 à 1999).....	45
Tabela VIII - Brasil no Comércio Mundial (1980 à 1998).....	46
Tabela IX - Balança Comercial Brasileira dos Principais Produtos Agrícolas (1994 à 1999).....	52
Tabela X - Saldo da Balança Comercial dos Principais Produtos de Origem Agrícola (1998/1999/Jan à Fev de 2000).....	Anexo

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Taxa de Câmbio – 1999.....	32
Gráfico II - Brasil: Principais Mercados no Comércio Externo – 1990.....	37
Gráfico III - Saldo/Exportação/Importação do Brasil (1990 à 1993).....	Anexo
Gráfico IV - Saldo/Exportação/Importação do Brasil (1994 à 1999).....	Anexo

## LISTA DE SIGLAS

**AEB** - Associação do Comércio Exterior do Brasil

**BACEN** - Banco Central Brasileiro

**BID** - Banco Internacional de Desenvolvimento

**BIRD** - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CDI** - Crédito Interbancário

**CIF** - *Cost Insurance Freight* (Envolve o Custo do Seguro e do Frete)

**EUA** - Estados Unidos da América

**FAO** - *Food Agriculture Organization* (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FOB** - *Free on Board* (Livre a Bordo)

**FUNCEX** - Fundação do Comércio Exterior

**GATT** - *General Agreement of Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ITO** - *International Trade Organization* (Organização do Tratado Internacional)

**LSPA** - Levantamento Sistemático de Produção Agrícola

**MCE** - Mercado Comum Europeu

**MERCOSUL** - Mercado do Cone Sul

**NAFTA** - *North American Free Trade Agreement* (Tratado Norte Americano de Livre Comércio)

**OMC** - Organização Mundial do Comércio

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PSI** - Processo de Substituição de Importações

**SECEX** - Secretaria do Comércio Exterior

**UE** - União Européia

**URV** - Unidade Real de Valor

## RESUMO

A partir do surgimento de dois pensamentos antagônicos – a Abertura Comercial e o Protecionismo Estatal, ambos concretizados em um cenário Neoliberal, estuda-se nesta monografia as relações comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, dando ênfase ao caso brasileiro na década de 90. Além do embasamento histórico do mercado internacional desta nação, haverá um reforço desse processo macroeconômico externo com a apresentação das Balanças Comerciais “Geral e Agrícola” Brasileiras. Pois, com suas estatísticas em mãos pode-se averiguar os reais efeitos das políticas econômicas adotadas no Brasil neste período citado acima (em destaque a fase do Plano Real), em conjunto com as doutrinas defendidas pelos seus parceiros comerciais multilaterais. Contudo, mostra-se que houve uma inversão de valores e atitudes na conjuntura brasileira, passando de uma economia superavitária em seu comércio exportador e importador para um balanço deficitário, com a sobrevalorização cambial, com a colisão às barreiras alfandegárias estrangeiras, com os estímulos às importações (ex. redução nas cotas tarifárias), com as altas taxas de juros internas (desaquecendo o setor produtivo local), e outros. No mais, salva-se o quadro exportador agrícola, mesmo em meio à tantas condições adversas, conseguiu resultados favoráveis, financiando as contas negativas dos outros setores.

## INTRODUÇÃO

Este presente trabalho possui a intenção de estudar o comportamento da economia brasileira, em especial, e as regras dos principais parceiros comerciais desta nação, diante o processo da abertura econômica iniciado na transição da década de 80 para a década de 90, estando ligado diretamente ao Protecionismo Estatal dos países desenvolvidos e até dos países em desenvolvimento.

A apresentação do Primeiro Capítulo, dar-se-á com o embasamento teórico e prático do Neoliberalismo, ou seja, haverá um reforço doutrinário para a explicação do Capitalismo vigente no mundo globalizado, indicando sua origem, suas premissas básicas e seus efeitos nos distintos países inseridos neste sistema.

O desenvolvimento do Segundo Capítulo será feito através de observações históricas do comércio internacional, indicando principalmente o forte protecionismo subsidiado aplicado por entidades governamentais centrais, que acaba por recair negativamente sobre os países periféricos. E em um segundo momento, mostrar-se-á a formação de instituições reguladoras do mercado internacional (GATT e OMC), que nasceram separadamente, mas com intuítos hipotéticos iguais, “diminuir ou mesmo erradicar as barreiras alfandegárias no complexo de exportação e importação do cenário mundial”.

Na transposição para o Terceiro Capítulo, haverá uma concretização prática dos capítulos anteriores, com o reflexo estatístico da Balança Comercial Total Brasileira e da Balança Comercial Agrícola desta mesma nação, em período da abertura comercial comentada acima, destacando a fase do Plano Real (1994 à 1999). Levar-se-á também em consideração, as consequências de outra variáveis internas e externas que afetam a economia exportadora brasileira, tais como: nível de renda doméstica e dos outros países, taxa de câmbio, taxa de juros, preços internacionais e outras.

## CAPÍTULO 1

### Neoliberalismo e Seus Efeitos Globalizantes

#### 1.- Introdução

Fazendo parte doutrinária do Capitalismo, o Neoliberalismo, será apresentado neste capítulo com todo o seu contexto científico e prático, onde este passa a representar a engrenagem principal do Capitalismo Moderno.

Como ponto em destaque deste capítulo, o Neoliberalismo será estudado desde sua formação inicial – o Liberalismo até chegar em suas regras atuais, que começaram a vigorar ainda na década de 40 deste século. Estendendo-se pelas formações de mercados globalizados até suas repercussões nos distintos países inseridos neste sistema.

A observação prática Neoliberal estará na figura do Consenso de Washington, com suas exigentes idéias reformuladoras à América Latina e suas consequências ganhas na utilização deste modelo, nesta região.

#### 1.1- Origem do Neoliberalismo e Sua Conceituação

Buscam-se as raízes para esta doutrina moderna, nos séculos XV e XVI, através do desenvolvimento histórico do “Liberalismo” que sofreu um longo processo de maturação até a sua implantação definitiva no século XIX, onde transformou a ideologia, a política, a economia e mesmo a teologia que se processaram nesta sociedade temporal, através de grandes movimentos que marcaram o nascimento da Modernidade, como o Renascimento ou o antigo Humanismo e a Reforma Protestante.

Desta forma, rompeu-se com as estruturas medievais que pregavam a imposição de idéias e princípios (dogmatismo), e a explicação de sua doutrina por meio da sensibilidade e por pensamentos ligados as funções orgânicas (organicismo), desembocando em práticas racionais e individualistas, nas quais foram consideradas um avanço para à construção da sociedade liberal.

O Renascimento inicia a quebra entre a ligação da razão com a fé, fazendo com que as concepções de Deus como medida de todas as coisas e de que o fim supremo do homem era o reino divino, extraterrestre; fossem substituídas pela idéia de soberania do indivíduo. (Furtado, 1997-a, p.01-04)

A Reforma Protestante iniciada em torno de 1517, alterou profundamente a geografia religiosa da Europa, rompendo com a igreja de Roma, onde suas doutrinas, em sua maioria, separaram-se das visões católicas. Sua fundamentação teórica serviu como base para a estruturação do capitalismo ocidental moderno, ao apresentar: uma organização capitalista racional, com a presença do trabalho livre; separação da empresa da economia doméstica; criação de uma contabilidade racional e aperfeiçoada; desenvolvimento e utilização eficiente das possibilidades técnicas e científicas; e formação de um sistema legal, estruturas racionais do direito e da administração, orientados por regras formais. Resumindo, o capitalismo que recebeu influência da doutrina liberal, conferiu-se com uma extrema racionalidade na elaboração e na condução das políticas econômicas e legais. (Idem)

Pode-se então, definir o liberalismo com a convivência harmônica de algumas características, são elas: o individualismo possessivo, que permite a igualdade entre a liberdade de um homem com a independência de outro, estabelecendo relações para se auto-beneficiar, essa premissa fica também associada aos direitos individuais naturais que são inalienáveis – o que faz o homem proprietário de si mesmo, assim a função do Estado fica apenas na garantia da propriedade de cada indivíduo e como todos são proprietários, o Estado garante as relações sociais de mercado; liberdade como categoria definidora do homem, para que este possa

desenvolver suas capacidades e talentos haverá a necessidade de ser livre e independente de qualquer autoridade ou força autoritária e coercitiva, principalmente o Estado, além disso a liberdade estabelece relações utilitárias para o proprietário desta e em um contexto de mercado os indivíduos são livres para ascenderem socialmente, e isto somente depende dele próprio; e desigualdade em sentido amplo, não existindo igualdade sócio-econômica e política, pois esta fere o princípio do individualismo, da propriedade e da liberdade, então, a diferença de aptidões e talentos leva a diferença de posições e riqueza, explicado as grandes diferenças de classes com alta concentração de renda, pois se os homens não são individualmente iguais não podem ser socialmente iguais. (Furtado, 1997-b, p.01-06)

Assim, a função da ideologia liberal ganha medidas de justificativas e legitimação da propriedade privada e das relações capitalistas, justificando também as desigualdades sociais e proporcionando a reprodução da economia de mercado. Suas idéias massificaram os pensamentos de toda uma sociedade, chegando ao ponto de deixar a exclusividade do progresso de uma nação em mãos ao sucesso individual e egoísta de cada indivíduo, ou seja, quanto mais individualistas, egocêntricos e competitivos forem os indivíduos, maior o progresso da sociedade.

Toda essa introdução histórica dos alicerces do Liberalismo que teve como seu precursor máximo Adam Smith, veio culminar no Século XX, mais precisamente na década de 40 como uma reação ao Keynesianismo (visto após a crise mundial financeira de 29), nos ensinamentos Neoliberais, que são utilizados até os dias presentes pelos governantes capitalistas, englobando tanto o mundo ocidental quanto o mais novo membro desse sistema, o oriente.

Existe alguns autores que são citados como precursores do Neoliberalismo, em diferentes datas específicas e em nações distintas, mas que acabam convergindo para os mesmos pontos discursivos. Os representantes desta doutrina surgiram nas figuras de Ludwig Von Mises (1881-1973), Friedrich A. Von Hayek (1899), e Walter Lippmann com o seu Colóquio de 1938. (Braick; Mota, 1997, p.623)

Entende-se que o Neoliberalismo pode ser analisado como uma doutrina político-econômica derivativa, que tem como objetivo principal adequar a sua teoria ao feroz capitalismo do Século XX, na qual deixaria a posição do Estado em segunda instância no mercado comercial e financeiro de um país, em seguida dos blocos econômicos. Haveria sim, um livre intercâmbio entre as forças que constituem a Lei da Oferta e da Demanda, produtor x consumidor. (Idem)

O papel do Estado restringira-se na manutenção do equilíbrio de preços, evitando os efeitos de uma inflação na economia, por meios de políticas estabilizadoras cambiais e monetárias. Assumiria também, a função de policiar a formação de Monopólios econômicos que vão de contra a livre concorrência. Permitindo desta forma, a soberania da propriedade do indivíduo e do mercado, sendo este último uma instituição superior que propicia uma ligação íntima e harmônica entre uma diversidade de interesses contrários, trocas em forma de cooperação voluntária ou sem restrições, para gerar uma solidariedade mundial. Podendo resumir o mercado como a fonte de toda a ética, pois a origem da moralidade está nas necessidades materiais do homem, e através do mercado, o indivíduo beneficia a coletividade, sem nenhuma forma de sacrifício. (Gonçalves apud Malaguti et al, 1998, p.17 e 18)

A partir destes pensamentos se estabelecem novos padrões de concorrência e competitividade, através de investimentos em trabalhadores versáteis, redistribuição das tarefas produtivas, engajamento da sistematização e informatização nos processos industriais, e por fim, cria-se uma tendência a universalização dos padrões de produtividade, obtendo-se contudo, reduções nos custos para os padrões capitalistas de Estado e Acumulação.

Portanto, o Neoliberalismo aprofundou alguns aspectos do Liberalismo, como os pressupostos básicos da liberdade e da individualidade, exemplificando: a existência de uma defesa incondicional e ilimitada da liberdade, pois nada pode restringir a liberdade, mesmo um indivíduo contrapondo-se a toda coletividade, ainda pode beneficiar-se desta; a utilização do aumento da produtividade como justificativa da liberdade – defesa ética; a visão da igualdade

racional como desigualdade, segundo Mises “os homens são totalmente desiguais”, deixando que o Neoliberalismo defendesse a igualdade somente perante a lei, não por uma questão moral, mas com interesses puramente racional em virtude da produtividade.

Nos tempos mais recentes, pode-se dizer que o Neoliberalismo conseguiu intensificar suas forças na passagem da década de 70 para 80, como um paliativo ideológico e político à crise dos anos 70, pela não eficácia do Estado em controlar a crescente inflação com as altas do petróleo e a não adequação deste aos pensamentos da classe dominante. A encarnação governamental do Neoliberalismo real, dar-se-á na ascensão ao poder político dos representantes de Estado dos Estados Unidos e Inglaterra, Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente.

Esses e outros governantes capitalistas permitiram que o Neoliberalismo dos anos 80 acelerasse as tensões econômicas advindas da década anterior, principalmente aquelas oriundas de países periféricos, no geral representaram: abrupta elevação das taxas de juros dos mercados internacionais e intensa drenagem de capitais para os Estados Unidos, e este país por sua vez, provocou uma inflação virtual, em detrimento do declínio constante da taxa de poupança com parceria ao elevado déficit da balança de pagamento. Já no final desta década, move-se uma reestruturação do poder, onde alianças governamentais são feitas em forma de grandes blocos econômicos<sup>(1)</sup> por todo o planeta, surgindo assim o termo “globalização”. (Furtado, 1999, p.01-04)

Para muitos estudiosos, este processo de globalização havia iniciado ainda na década de 60, com o aumento das negociações comerciais e dos investimentos externos diretos

---

1 O processo de formação dos blocos procura eliminar as barreiras intra-regionais à livre mobilidade de bens, capitais e pessoas, criando um mercado ampliado que permita uma maior complementariedade das economias, o aumento do comércio intra-bloco e o incremento da capacidade competitiva. Os principais blocos existentes neste mundo globalizado, são: União Européia (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, e Reino Unido); NAFTA (Canadá, Estados Unidos e México); Países Asiáticos (Japão, República da Coreia, Hong Kong, Tailândia, Singapura, China, Malásia, Taiwan e Filipinas); e MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

que provocaram uma maior circulação de moedas nos sistemas bancários mundiais.

Como uma extensão da Política Neoliberal, entra em cogitação no cenário mundial a globalização, forma aperfeiçoada de interação econômica dos Estados Capitalistas, melhor dizendo: há uma integração dos mercados mundiais através da internacionalização da economia e do capital; visando produzir lucros de maneira mais rápida.

Segundo Gustavo Franco, então-presidente do Banco Central Brasileiro, o aumento da abertura das principais economias – globalização, teria ocorrido devido a intensificação do comércio de bens e serviços e também, aos níveis de investimento internacionais superiores aos do crescimento da produção. (Malaguti et al, 1998, p.27)

Seja qual for a definição ou o verdadeiro tempo de origem, a globalização entre os povos, incide em uma mútua interdependência ascendente nas suas relações produtivas, comerciais, financeiras, tecnológicas e culturais, regidos pelas forças dos mercados, e que possuem como as principais diretrizes a desregulamentação dos sistemas, a desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais.

Com todo material acima explanado, evidencia-se repercussões diferenciadas no mundo economicamente mais aberto entre os países ricos e os pobres; os primeiros conseguem reagir às consequências negativas <sup>(2)</sup> mais facilmente, pois possuem uma infra-estrutura

---

2 Uma nova divisão do trabalho, mais selecionadora ou excludente com os que possuem menos educação formal; extinção dos produtores menos preparados tecnologicamente, nos quais não possam concorrer no mercado com alta qualidade e baixos preços nos produtos; sequencialmente os dois itens anteriores causam exacerbadas taxas de desemprego e de falências; redução da soberania dos Estados Nacionais, evidente que alguns permanecem inabalados a esta mazela; maior concentração de renda; aumento da formação de Monopólios, intensificada com as grandes fusões; acirramento das desigualdades de classes e de países; protecionismo comercial; dentre outras....

social/econômica/financeira bem melhor consolidada aos países subdesenvolvidos, enquanto os benefícios auferidos <sup>(3)</sup> recaem em maiores proporções sobre os países centrais, pois as nações periféricas, em sua maioria, tornam-se apenas fornecedores de matérias-primas ao primeiro mundo e compradores destes, de seus produtos industrializados, com uma quantidade muito superior de “valor agregado”; e sem falar na questão financeira, onde o grupo seletivo dos desenvolvidos recebem a maior parte do volume de capitais internacionais diretos e indiretos (com exceção de alguns países asiáticos) que circulam na economia global, principalmente aqueles aplicados à longo prazo.

A respeito do item “protecionismo comercial”, citado no rodapé (2), aplicado principalmente pelos países mais industrializados, será analisado em capítulo a parte - no Capítulo 2, com toda sua estrutura e os mecanismos de controle existentes a essa forte proteção, chamadas de instituições universais reguladoras, criada inicialmente o GATT <sup>(4)</sup> e depois a OMC<sup>(5)</sup>.

No momento seguinte, observar-se-á um exemplo teórico do Neoliberalismo que foi testado empiricamente na virada da década de 80 para a década de 90, chamado de Consenso de Washington, esboçando toda a sua fundamentação científica e seus efeitos diversos para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

---

3 “Crescimento das atividades internacionais das firmas e dos fluxos comerciais; ampla mudança da base tecnológica, fazendo com que alguns autores chegassem a denominá-la Terceira Revolução Industrial; reordenamento dos mercados, com uma maior importância da Ásia; intensificação da circulação financeira, caracterizada pela expansão na mobilidade e na intermediação do capital internacional; (...)”. (Malaguti et al, 1998, p.16)

4 *General Agreement of Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)

5 Organização Mundial de Comércio

## 1.2- Consenso de Washington: Breve Ensaio Teórico e Prático

Analisando a procedência do termo “Consenso de Washington”, averigua-se que este nasceu do conjunto de propostas econômicas defendidas pelos políticos (membros da administração federal dos Estados Unidos) e tecnocratas (membros das instituições financeiras internacionais e *do Federal Reserve Board*) na capital norte americana, ou seja, reuniram-se agentes do FMI <sup>(6)</sup>, BID <sup>(7)</sup>, Banco Mundial e funcionários do governo norte-americano, e economistas da América Latina para estabelecerem propostas de reestruturação econômica para esta região centro-sul das Américas, com base fundamentada no Neoliberalismo, chegando em vias de conclusão em novembro de 1989.

Segundo o Consenso de Washington esta reunião fez-se necessária devido as incorretas políticas estratégicas de desenvolvimento adotadas no período de pós-guerra pelos povos caribênios e sul-americanos, modelando-se na industrialização via substituição de importações.

Ratificando às idéias Neoliberais, foi jogado a maior culpa, pelo padrão de crescimento introvertido e pelas más alocações de recursos, em cima do Estado centralizador, no qual excedia em seus investimentos produtivos e acabava por tomar espaço do setor privado. Essa atitude estatal culminava por reduzir a competitividade externa das empresas nacionais, desestimulando-as nas exportações. (Portella Filho, 1994, p.101-131)

Contanto, as críticas desse “consenso”, com raríssimas exceções, não enxergavam as distorções do setor financeiro e da cobrança rigorosa da dívida externa que havia neste período.

---

6 Fundo Monetário Internacional

7 Banco Internacional de Desenvolvimento

As exigências estabelecidas aos países latino-americanos para se enquadrarem neste modelo, foram as seguintes:

- Disciplina fiscal
- Priorização dos gastos públicos
- Reforma tributária
- Liberalização financeira
- Regime cambial
- Liberalização comercial ou abertura às importações
- Investimento direto estrangeiro
- Privatização
- Desregulamentação
- Propriedade intelectual

Estas idéias ficaram reforçadas com os programas de ajustes ou reformas econômicas de estabilização do FMI, sendo financiados pelo BIRD<sup>(8)</sup>, por toda a década de 80 e com permanência na década de 90. A essencialidade desta questão, atrelava-se a capacidade de refinanciamento das dívidas externas dos países latino-americanos com a condição de ajuste dos excessos de suas demandas internas que causavam inflação e desequilíbrios externos. Por tanto, teriam que impor em suas economias algumas medidas ditas “racionais”, tais como: limites para expansão, ou mesmo contração, do crédito interno, através do aumento das taxas de juros e que também facilitaria a entrada de recursos externos; controle do déficit público, com corte drástico nos gastos governamentais, com exceção nos salários dos funcionários, havendo uma reforma administrativa; e outras....

“Embora muitas dessas reformas sejam sensatas, (...) a listagem não inclui, por exemplo, a prevenção da fuga de capital, o combate ao flagelo da pobreza, a melhoria da distribuição de renda ou quaisquer medidas de repressão aos abusos do poder econômico”. (Portella Filho, 1994, p.109)

Estatisticamente, pode-se observar as condições auferidas antes e depois da implementação desse programa Neoliberal, pertinentes às economias da América Latina, ou seja, antecedendo a década de 80, esta região possuía um PIB que crescia em média a uma taxa de 5,5% a.a. (1960-81), enquanto que nos países industrializados esta taxa marcava 3,8% a.a., no mesmo período; a porcentagem de pobreza das famílias que viviam nesta região diminuiu de 40% para 35%, entre o decênio de 1970 a 1980, por consequência o PIB per capita, crescia em média 3,2% nos anos 70. Em contra partida, depois da década de 80 com a presença maciça dos membros neoliberais no poder desta mesma região, as situações econômica e social tomaram outro rumo, infelizmente para pior, pois no início desta década-80, havia 136 milhões de latinos americanos em estado de pobreza (41% da população), já no ano de 1990, encontrava-se 196 milhões de habitantes da mesma região na vivência da pobreza (46% da população); o índice do PIB per capita em 1992 representava apenas 92,7% do nível registrado em 1980 (base=100); e em termos econômicos o índice da dívida externa bruta aumentou para 182,7% em 1988 comparado ao ano base de 1980. (Portela Filho, 1994, p.101-131)

Diante de tais números, formula-se um diagnóstico do Consenso de Washington, que permite fazer contra-afirmações das premissas básicas do modelo Neoliberal, nas quais não se configuraram na prática; pois, a idéia de que o encolhimento do setor produtivo estatal e dos financiamentos governamentais sempre resultariam em um crescimento do setor privado, foi desarticulada, sendo na verdade que raramente se fez acompanhar de aumentos compensatórios nos investimentos privados com redução nos investimentos públicos.

Outra base teórica quebrada foi a desregulamentação da economia e a liberação do mercado financeiro que sempre tornariam a economia mais eficiente e mais equilibrada, no entanto as exportações de bens da América Latina, que haviam mais que triplicado durante os

anos setenta , cresceram apenas 20,8% durante os anos oitenta, apesar das máximas valorizações cambiais.

No que tange aos anos noventa com relação ao Brasil, constatou-se um super endividamento das contas do governo, chegando no patamar de US\$ 400 bilhões no final desta década, embora tenha havido uma propaganda positiva à cargo das privatizações, que arrecadariam verbas substanciais aos cofres públicos e tiraria da responsabilidade deste, as funções acumuladas desnecessárias (ex. produtiva) para encaminhá-lo às suas reais atribuições (exs. social e provedor do equilíbrio do mercado), no entanto os valores monetários recebidos da venda de apenas uma estatal, Vale do Rio Doce por exemplo, não daria para pagar 2 meses dos juros da dívida interna brasileira; e se fosse analisar a problemática social de final de século, teria que discorrer um capítulo inteiro sobre o assunto, tão esquecido e banalizado pelos representantes da nação.

### 1.3- Notas Conclusivas

O Neoliberalismo trouxe consigo os sentimentos menos nobres que possam existir em um ser humano, tudo em detrimento de um enriquecimento substancial das nações do hemisfério norte, comprovadamente as mais ricas pelos percursos de todas as suas histórias. Para essa realização, tanto os pensamentos dos indivíduos, quanto o sistema de produção foram alterados, criando novos costumes em toda a sociedade, como: o aumento da carga horária de trabalho, participação feminina e mesmo infantil no mercado de trabalho, compressão salarial, redefinição do projeto familiar, vida cotidiana acelerada, acirramento de interesses financeiros, estímulo ao aumento do consumo, e mais.

Toda essa ganância, individualismo e egoísmo acarretaram na fragilização dos Estados Nacionais do terceiro mundo, onde disseminou-se nas décadas de 80 e 90 a prática de privatização das suas grandes estatais de forma errônea, ou seja, alienou-se importantes patrimônios públicos à multinacionais estrangeiras, sendo em sua maioria, por valores monetários

irrisórios, que completando o desfecho, foram financiadas por entidades bancárias do próprio país, no caso do Brasil surge o BNDES<sup>9</sup> que garantiu empréstimos aos novos investidores. Uma segunda seqüela do Neoliberalismo nos países periféricos foi o enfraquecimento de movimentos e associações políticas, em destaque, os sindicatos das classes trabalhadoras, que perderam o poder de barganha com os empregadores, pela massa desempregada em estado de reserva para o mercado.

No tocante aos países desenvolvidos, os objetivos do Neoliberalismo são basicamente os mesmos, contudo seu reflexo na economia foi bem diferente aos demais, pois aqueles possuem uma classe trabalhadora organizada e protegida por um efetivo Estado consolidado.

---

9 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

---

## CAPÍTULO 2

### Comércio Internacional e Seu Protecionismo

#### 2.- Introdução

A partir de acontecimentos históricos que marcaram diretamente o comércio internacional, em conjunto com suas respectivas doutrinas adotadas, observa-se neste capítulo os trâmites das exportações e importações globais que ajudaram na formação de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Dar-se-á maior destaque ao exemplo brasileiro, no período pós-guerra, onde de fato sobressai-se a produção industrial, em conjunto com a ratificação dos bens agrícolas do Brasil no cenário internacional. Mas, mostra-se que esse processo de expansão não se tornou mais eficaz em detrimento do protecionismo comercial aplicado por economias de ponta.

Em segunda instância, surge como solução para o impasse das carteiras de exportação de todos os países pertencentes ao comércio internacional, instituições reguladoras às barreiras alfandegárias – o GATT e depois a OMC, cada um nascendo em seu determinado tempo, separadamente.

#### 2.1- Desenvolvimento Histórico do Comércio Internacional

De acordo com o pensamento Clássico, o comércio internacional nasce dos interesses entre duas nações que comercializam os seus produtos baseados na Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Em primeiro lugar, a teoria afirma que duas nações têm relações comerciais quando apresentam custos de produção diferentes. Em segundo lugar,

conclui que uma nação exportará sempre aquele produto que produzir com custos relativamente menores do que a outra. E finalmente, a partir desses resultados, argumenta que o comércio entre duas nações é vantajoso para ambas. (Pinho et al, 1993, p.437-442)

Baseados neste tipo de raciocínio, ou seja, na Teoria da Vantagens Comparativas, os Clássicos concluíram que seria muito melhor para todos os países se especializarem na produção daqueles bens em que tivessem vantagem comparativa. Como cada país tem recursos naturais diferentes, em quantidades diferentes, e habilidades também diferentes, apresentaram custos de produção diferentes. (Idem)

Entretanto, para o funcionamento das previsões dos clássicos, era necessário que a teoria descrita acima fosse uma teoria realista, ou melhor, que se concretizasse na prática. Um fato que não acontece no mundo concreto, pois, esta teoria não considera o tempo como fator que pode diminuir alguns custos e elevar outros, alterando os padrões de produção; há uma configuração de concorrência perfeita em suas hipóteses, apresentado um retrato bastante distante da realidade; e em terceiro lugar, esquece fatores como as economias de escala e as economias externas possam diminuir bastante os custos de produção de um país. (Idem)

De maneira mais atual e condizente com a realidade, pode se entender comércio internacional, como “o intercâmbio de bens e serviços entre países, resultante de suas especializações na divisão internacional do trabalho”. (Sandroni, 1988, p.60). Por tanto, a relação de troca de mercadorias entre nações de diferentes pontos do globo terrestre, por outros bens (escambo)<sup>(10)</sup>, e mais atualmente, comercializadas por alguma unidade monetária, representada geralmente pela moeda unificada internacional – o Dólar americano, chama-se de comércio

---

10 Apresenta-se como estágio mais primitivo nas relações de troca e caracteriza as sociedades de economia natural, onde há troca de mercadorias sem a intermediação do dinheiro.

internacional. No final do século XX, este processo de troca multilateral expandiu-se com a prestação de vários serviços, destacando-se as multinacionais telefônicas óticas e celulares.

A partir do momento que se delimita fronteiras entre nações comercializadoras, começa a se desencadear um processo de protecionismo comercial por parte de cada economia, tendo como idéia básica, principalmente entre os países desenvolvidos, evitar ao máximo a entrada de bens estrangeiros em seus territórios para proteger suas produções internas da concorrência internacional, constituindo-se em um Estado protetor.

Identifica-se como uma primeira doutrina, apoiada no protecionismo comercial, o Mercantilismo, que se estendeu do século XVI até o final do século XVIII, na Europa. Sua premissa trazia a política racional do máximo afluxo de ouro e prata ao país membro-europeu para acúmulo maior de riqueza, para isso, estimulava-se as exportações e restringia-se as importações com finalidade de conseguir mais divisas pela Balança Comercial Superavitária. Para tais vendas das mercadorias européias destinadas às suas colônias, exigia-se inteira exclusividade por parte destas, aumentando a capacidade comercial da Europa por vias de Monopólio. (Sandroni, 1998, p.61)

Com a chegada da indústria na Inglaterra no final do século XVIII, preconiza-se um livre-cambismo entre as nações comerciais e com um mínimo de participação do governo. Toda essa liberdade resultaria na especialização internacional e no desenvolvimento da concorrência, assim se amplia os mercados. Todo esse parâmetro ideológico se ramificou pelo século XIX, que ajudou os países mais ricos e industrializados a se desenvolverem cada vez mais e os menos industrializados a servirem de peças coadjuvantes nas mãos daqueles, com suas agriculturas e indústrias atrasadas tecnologicamente diante das nações chefes. (Idem)

Em contraposição ao livre-cambismo, ainda no século XIX, configura-se, integralmente, a doutrina do protecionismo estatal, estabelecendo barreiras alfandegárias às importações, tais como: tarifas altas, aplicadas para proteger setores produtivos locais; direito antidumping<sup>(11)</sup>, sobretaxa aplicada a produtos importados a preços menores que os cobrados no país de origem; direito anti-subsídio, sobretaxa aplicada contra mercadorias cuja produção é favorecida por subsídios e incentivos fiscais; cota tarifária, limitação de volume de importação do produto que pode entrar no país com tarifa reduzida em determinado período; cota, limitação do volume de importação de determinado produto por período definido; medidas de salvaguarda, sobretaxa temporária aplicada sobre produtos cuja importação traz prejuízos aos setores produtivos locais; medidas sanitárias e fitosanitárias, regras que impedem ou limitam à importação de produtos que possam ser prejudiciais à saúde dos consumidores ou contaminar a produção ou rebanhos locais. (Dornelles, 1997, p.07)

Outros exemplos aplicados ao protecionismo comercial, aparece na figura da questão cambial com a desvalorização da moeda nacional de um determinado país perante ao dólar, afim de impedir a importação de mercadorias estrangeiras, nas quais se tornariam mais caras neste mercado interno específico. Também, pode-se citar a proibição de importação de produtos similares fabricados no país de origem como outra medida de apoio a esta doutrina protecionista, este último item representa bem o caso brasileiro, em sua fase do desenvolvimento industrial.

Evidentemente, que essa atitude de certos governos em proteger fielmente as suas economias, principalmente o setor agrícola, com imposição de regras para a exportação e importação, nasce em razão de visões estratégicas para alavancar e perpetuar todos os seus setores produtivos.

---

11 A prática do *dumping* mostra-se como uma artimanha de venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar concorrentes e conquistar fatias maiores de mercado. No mercado externo, o *dumping* pode ser persistente, quando há subsídios governamentais para incremento das exportações e as condições de mercado permitem uma discriminação de preços tal que a maior parte da lucratividade seja conseguida no mercado interno. Em defesa o país importador utiliza-se da Lei antidumping que impedem as mercadorias subsidiadas de transitarem livremente em sua economia, através de aplicação de sobretaxas.

Os Estados Unidos e a Alemanha, ainda no século XIX, iniciaram essa prática moderna do protecionismo, em função da concorrência dos produtos industrializados da Grã-Bretanha, posteriormente a mesma atitude, com um protecionismo generalizado foi seguida por diversos outros países. (Sandroni, 1998, p.61)

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o período seguinte presenciou-se uma grande desorganização econômica, exigindo uma forte presença estatal para reequilibrar todo o sistema capitalista e por conseguinte as atividades mercantis. As tentativas de restaurar as liberdades comerciais depois da guerra fracassaram com a crise de 1929. (Idem)

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) eclodiu sobre a disseminação da indústria em diversos países da Europa e no Japão, estabelecendo uma forte ameaça aos já existentes monopólios comerciais mundiais, o resultado da guerra constituiu em uma nova redistribuição dos mercados entre os países vitoriosos. Em mais uma tentativa de se desobstruir os empecilhos protecionistas comerciais, após a 2ª Grande Guerra, cria-se a primeira instituição reguladora do comércio internacional, o GATT, no qual será melhor apresentado no próximo item e também sua instituição sucessora, a OMC. (Idem)

Com todo arcabouço apresentado, denota-se a presença da prática de substituição de importação com um protecionismo estatal no comércio externo, sendo este um processo inerente ao capitalismo moderno, onde cada Estado desenvolve suas qualidades naturais (clima, solo,...) e adquiridas (aperfeiçoamento humano e tecnológico) para confrontarem suas mercadorias no comércio internacional com os concorrente desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Por tanto, as tendências deste discorrimento histórico comercial vêm se concretizando a favor dos países ricos, principalmente a partir da década de 50, pois suas indústrias leves foram gradativamente sendo complementadas pelas indústrias pesadas, mais

lucrativas; houve também, uma ascensão da participação dos serviços no produto total que induziu a uma redução da demanda por matéria-prima dos países periféricos; o excesso do protecionismo agrícola afetou adversamente às importações de bens primários, provenientes em sua maioria dos países pobres; e os centros industriais líderes culminaram em trocar as matérias-primas naturais (ex. algodão) por produtos sintéticos e outros de origens laboratoriais. Assim, as economias produtivas dos países subdesenvolvidos ficaram cada vez mais dependentes do mercado externo desenvolvido com sua tecnologia de ponta, e que aos poucos foram suprimindo o espaço de comercialização daqueles por não mais obterem demanda consumidora suficiente para suas mercadorias primárias. (Sodersten, 1979, p.64)

Em meio a estas práticas Neoliberais, eclodem em defesa do equilíbrio do mercado externo comercial, organizações representativas de todos os países que constituem alguma significância na pauta de exportação mundial, o GATT e a OMC, supostamente beneficiando a todos de forma igualitária.

## 2.2- GATT – Acordo Geral de Comércio e Tarifas

Tem surgido, ao longo do tempo, com as aberturas das economias para o comércio internacional, algumas instituições que teoricamente facilitam a livre concorrência, intervindo com normas nas relações de trocas para um equilíbrio comum entre os países membros do mercado externo, e por fim evitam um protecionismo exacerbado, praticado, principalmente, por algumas economias desenvolvidas industrializadas.

A princípio, formou-se o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), em 1947, na Suíça (Genebra) em uma conferência chamada de *Bretton Woods*, possuindo na época 23 nações signatárias. Sua criação nasceu em cima de três princípios básicos: tratamento igual, não discriminatório, para as nações comerciantes; redução de tarifas por meio de negociações; e eliminação das cotas de importação. (Mello, 1999, p.21)

A efetivação do GATT foi estabelecida em 1950 com a derrocada da ITO<sup>(12)</sup> no Senado norte-americano que rejeitou a carta desta, fazendo com que a ITO nunca existisse na prática. (Jank, 1999, p.02)

Primeiramente, o GATT trabalhou com bases bilaterais não-discriminatórias, onde havia taxação de produtos por produtos ligados à pares de nações, ou seja, um determinado país (ex. Estados Unidos) aplicaria uma elevada taxa de importação no café proveniente do Brasil, por exemplo, e uma taxa alfandegária mais baixa aos sapatos importados da Itália. Essas medidas, resultariam na verdade, em discriminação comercial generalizada, beneficiando alguns e prejudicando outros.

O ponto forte conseguido por este acordo multilateral foi a redução das tarifas comerciais com grandes significados, pois, em torno de 1956, tinha-se chegado a um acordo sobre 60.000 itens tarifários, cobrindo mais de 3/5 do comércio mundial. Somente, os Estados Unidos, principal componente do comércio internacional, reduziram cerca de 1/3 da taxa média dos seus direitos de importação. Havia também, o compromisso dos membros do GATT em fornecer detalhes à respeito de quaisquer subsídios à indústria ou à agricultura implementados em suas economias, e caso estes fossem nocivos a qualquer outro país membro, estes subsídios seriam pauta de discussão em reunião para suas eventuais reduções e até mesmo extinção. (Pennance; Seldon, 1977, p.126)

Em contrapartida, não houve tanto êxito na redução de cotas tarifárias e em outras restrições, constituindo-se, em conjunto com o controle cambial, nas maiores barreiras às exportações.

---

12 *International Trade Organization* (Organização do Tratado Internacional)

---

Contudo, o GATT procurou encontrar preços de equilíbrio no mundo exportador e importador, desarticulando a proteção de muitos produtos, principalmente os agrícolas, em países como os Estados Unidos, o Japão e a União Européia, sendo estes capazes de descartarem ou extinguirem do comércio internacional economias periféricas, pois estas não possuem as mesmas forças de barganha com a demanda consumidora, por apresentarem preços menos competitivos em seus bens, com ênfase aos agropecuários. Este acordo ficou totalmente elaborado com a Rodada Uruguai (iniciada em 1986 e com término em 1993 – ano da criação da OMC), mas sua implementação ocorreu apenas em 1995. O termo “Rodada” aparece para identificar as negociações que foram realizadas em determinada localidade e em determinado período, para discutir as emendas já criadas num período anterior e os novos itens sobre “o protecionismo de alguns países, sobretudo os industrializados, e pelo surgimento de blocos econômicos e mercados regionais institucionalizados ( como o Mercado Comum Europeu)”. (Rossi, 1999, p.05). Suas medidas tinham estruturas de liberalização parcial do mercado, onde ainda permanecem algumas intervenções do “Estado protetor”, ditando alguns preços e promovendo assistência subsidiária para insumos primordiais à agricultura, em especial.

### 2.3- OMC – Organização Mundial do Comércio

No final da oitava Rodada do GATT, chamada de Rodada Uruguai, cria-se a OMC, organismo comercial substituto do GATT. Esse processo de transição dar-se em virtude deste “acordo” ter apresentado algumas falhas, como o excesso de parcerias bilaterais protecionistas, por isso se fez necessário fortificar as desregulamentações do comércio externo com uma nova roupagem, na figura da OMC.

A OMC herdou da última Rodada do GATT, vários temas bastantes polêmicos e acirrados de interesses, dentre eles um dos mais difíceis de ser acordado, o protecionismo agrícola e seus impactos negativos sobre o comércio. Para uma tentativa de pacificação neste setor, em abril de 1994, 123 países assinaram em Marrakech, um acordo sobre a agricultura com vigência de nove anos. Vale salientar, que a partir deste fato inédito, a agricultura passou a contar com regras de conduta, disciplinas e procedimentos para solucionar disputas comerciais.

No caso dos subsídios agrícolas, estes receberam um teto máximo permitido de apoio governamental, além da fixação de níveis mínimos de acesso aos mercados dos países mais ricos. Mas no que tange a questão das *Commodities* agrícolas, ficou permanecido os subsídios já existentes desde o início dos anos 90.

Mesmo com tantos esforços para desenvolverem o comércio livre entre nações, todas essas regras e acordos multilaterais não surtiram muito efeito nas economias desenvolvidas, as mais protetoras. Pois, no ano de 1998, a OCDE estima que os subsídios totais ao produtor atingiram US\$ 362 bilhões/ano, contra US\$ 320 bilhões no período 1986-1988, uma tendência claramente crescente que contraria às perspectivas da OMC em sua constituição inicial. Os dados da FAO<sup>(13)</sup> em sua 30ª sessão vêm a ratificar essa concorrência desleal subsidiada, pois se estimou que os subsídios diretos concedidos pela União Européia a seus agricultores e pecuaristas chegaram a US\$ 60 bilhões/ano e que os subsídios indiretos estão entre US\$ 180 bilhões e US\$200 bilhões. (Fernandes et al, 1999, p.03)

No exemplo norte-americano, além da proteção natural do governo ao seu complexo produtivo, há uma presença de *lobbies* empresariais divididos por produtos específicos de seus interesses particulares, que doam verbas vultuosas aos membros do Congresso dos Estados Unidos para aprovarem barreiras mais fortes às mercadorias estrangeiras. Há uma previsão para este ano-2000 que circularão US\$ 500 milhões nesse mercado negro do convencimento. Somente o comitê da Flórida – grupo do suco de laranja, doou no período de 1998 e 1999, cerca de US\$ 60.000 para cada candidato a deputado que defendesse seus interesses. (Simonetti, 2000, p.122-126)

Evidentemente, que essas atitudes do primeiro mundo acarretaram negativamente no comércio externo brasileiro, apresentando um déficit nas relações comerciais com este grupo,

---

13 Food Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)

principalmente com os Estados Unidos, onde nos últimos sete anos, o Brasil importou US\$ 75 bilhões em produtos americanos em detrimento de uma exportação de apenas US\$ 61 bilhões para esta economia. Ou seja, mostra-se um crescimento das exportações norte-americanas para o Brasil em 103,1%, entre 1994 e 1998, o caso inverso (Brasil exportando para os Estados Unidos) aumentou minimamente 11,9%, no mesmo período. (Idem)

Esses malefícios estenderam-se por todos os outros países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, e também repercutiu negativamente entre o comércio do próprio continente europeu e dos Estados Unidos (regiões desenvolvidas).

O desfecho final deste protecionismo subsidiado e com suas restrições comerciais implantado por quase todos atuais 136 membros da OMC, foi o fracasso da Rodada do Milênio – 3ª Conferência Ministerial da OMC, na qual se realizaria no dia 30 de novembro de 1999, na cidade de Seattle [(E.U.A)<sup>(14)</sup>]. Almejava-se então, aperfeiçoar os acordos da Rodada Uruguai, tudo em prol da tentativa de erradicação do protecionismo dos países industrializados. Havia também, uma previsão que até o ano 2003 concluiriam-se os acordos entre as nações nesta Rodada do Milênio e a partir desta data, começariam as ligações comerciais mais estreitas entre o Mercosul e a União Européia, formando o maior bloco comercial do planeta, em função de uma economia de US\$ 9,658 milhões e com uma população de 571 milhões de habitantes. (Silva, 1999, p.01)

No entanto, esta Rodada não chegou a se realizar, em virtude dos protestos dos países pobres que querem uma maior participação no comércio internacional e pela insistência dos países ricos em não abrirem mão dos seus subsídios e das várias barreiras alfandegárias para proteger os seus empregos domésticos e impedir que o potencial das novas economias possa se desenvolver. Este impasse de decisões, fez por adiar as negociações multilaterais benéficas ao livre comércio por mais algum tempo, indefinido.

---

14 Estados Unidos da América

#### 2.4- Notas Conclusivas

Fica claro, que todo o processo histórico comercial externo do Brasil está demasiadamente entrelaçado às vontades dos países dominantes economicamente, esta interdependência mutua (Países Pobres X Países Ricos) recai de forma acentuada sobre o lado mais fraco, o brasileiro. Tal afirmativa, se enquadra na própria constituição das relações comerciais externas deste país com os outros países deste cenário internacional, tendo maiores pontos favoráveis para as economias desenvolvidas que na verdade aplicam a prática do protecionismo estatal, em vez da abertura econômica, vista somente nas estruturas comerciais periféricas.

São 500 anos de submissão ao capital estrangeiro, que apenas muda de forma, mas sua essência continua a mesma. Antes era total escravidão, agora é submissão às regras ditadas pelos grandes, que sem eles não haveria comércio para exportação no Brasil. Estas regras se tornaram o principal motivo para a não realização da Rodada do Milênio em 1999, onde de maneira alguma os países ricos deixariam de utilizar suas barreiras alfandegárias contra às importações estrangeiras, principalmente aos bens agrícolas, à favor das economias em desenvolvimento e subdesenvolvidas.

Cabe somente, analisar mais profundamente, no próximo capítulo, os índices da Balança Comercial Total e mais especificamente, a Balança Comercial Agrícola Brasileira, neste atual governo presidencial (1994 à 1999) – Fernando Henrique Cardoso com suas expectativas futuras, para averiguar outros motivos que incidem sobre estas, além do protecionismo comercial.

## CAPÍTULO 3

### A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA, DESTACANDO O PLANO REAL

#### 3.- Introdução

Em consonância com os capítulos anteriores, abordar-se-á neste capítulo a Balança Comercial Brasileira da década de 90 e se enfatizará o comércio agrícola externo no período do Plano Real, com seu desempenho e com suas reais necessidades.

Antes de entrar propriamente dito nos números auferidos com estas Balanças, explicar-se-á todo o processo político adotado pelos governantes brasileiros com suas causas e consequências, estando em foco seus planos econômicos apresentados. Para haver uma compreensão maior destas medidas implementadas por Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, haverá um embasamento teórico e prático, da taxa de câmbio, da taxa de juros, da renda nacional e externa, dos preços internacionais, dos estímulos creditícios, dos programas de desenvolvimento, e mais.

#### 3.1- Retrospectivas Globais da Abertura Econômica do Brasil e suas Políticas Adotadas.

O cenário capitalista, praticamente de todas as nações, até o início da década de 70 apresentava-se com altos índices de crescimento, com tendências de mais crescimento e havia um consenso dos Estados em promover o desenvolvimento e o bem-estar social <sup>(15)</sup>. Este ceticismo envolvente mostrou os primeiros sinais de falhas quanto à eficácia já na década de 60, mas

---

15 A lógica da intervenção pública era as falhas do mercado na alocação eficiente dos recursos, cujo marco foi a grande depressão dos anos 30. A economia Keynesiana somada à teoria dos bens públicos, externalidades e imperfeições do mercado Forneceram o referencial básico para a franca implementação das políticas públicas. (Carvalho, 1998, p. 07)

---

apenas na grande crise mundial com a elevação do preço no petróleo em 1973 que se obteve paradigmas para uma nova reestruturação dos Estados nacionais contemporâneos. Este fato foi um dos marcos para os então neoliberais levantarem a bandeira do “Estado mínimo”, auferindo adeptos por todos aqueles que vivenciaram os males econômicos e financeiros a partir dos anos 70. Suas retóricas contra às políticas públicas incorporaram expressões como Estado mínimo, mercado, competitividade, desregulamentação, desestatização, privatização, liberalização e mais outras.

Por tanto, no advento da década de 80, a palavra de ordem passou a ser reforma do Estado com uma lógica central em reduzir ao mínimo a interferência do poder público na condução da economia<sup>(16)</sup>, com exceção, curiosamente, à agricultura dos países ricos que permaneceram com respaldos protecionistas do governo, conforme já discutido no capítulo anterior.

No que se refere ao Brasil, teve-se uma cópia aos processos de desenvolvimento econômico implementados pelos países desenvolvidos. Iniciada após a Grande Depressão de 1929 sob ótica Keynesiana, estimula-se às indústrias brasileiras com o Processo de Substituição de Importação (PIS), pois se tinha uma verdadeira barreira alfandegária contra as mercadorias estrangeiras, e vultuosos subsídios com créditos de financiamentos empresariais exportadores.

A indústria brasileira fincou suas raízes de vez no setor produtivo após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento do consumo de bens intermediários<sup>(17)</sup> e a indústria pesada alcançou seu apogeu já na década de 70 com a retomada do Plano de Metas (1956-80) adotado no governo Juscelino Kubitschek. A agricultura é o setor mais protegido desde os anos 30 até desembocar na fase de abertura econômica que quebra qualquer proteção a qualquer setor.

---

16 Na Prática a reforma começou nos países desenvolvidos e teve como marco inicial o programa de privatizações do governo Thatcher, que assumiu em 1979 na Inglaterra. O sucesso desse programa induziu sua difusão pelo mundo todo.

17 Bens manufaturados ou matérias-primas processadas que são empregados para a produção de outros bens ou produtos finais.

---

Nos anos 80, o quadro das indústrias instituiu uma controvérsia, pois enquanto se diminuía a dependência em adquirir bens finais do mercado externo, passa-se a depender cada vez mais de seus insumos, de suas tecnologias, de seus financiamentos e por último de suas demandas consumidoras para os bens brasileiros.

Nesta mesma década – 80, difundiu-se as empresas multinacionais por toda economia brasileira, sem haver o compromisso de repasse dos conhecimentos científicos e tecnológicos ao parque industrial do Brasil, pelo contrário, aos poucos se monopolizou tanto a economia quanto o espaço dos empréstimos bancários locais.

O comércio exterior neste período foi um setor privilegiado, com constantes pressões ao aumento das exportações, necessidade em arrecadar divisas para pagar a dívida externa. Para realizar esta meta praticou-se várias medidas desvalorizações e adoção de uma taxa de câmbio regulada por medidas desvalorizações que não ficava defasada em relação a taxa de inflação<sup>(18)</sup>. No âmbito fiscal teve-se uma perda na capacidade de sua eficácia, igualmente no ramo da tecnologia e na indústria. Houve uma redução no nível de investimentos em altos índices das empresas, principalmente nos investimentos destinados à inovação e organização das firmas, permitindo uma perda na competitividade da indústria brasileira no comércio internacional. (Santos, 1999, p.51-72)

No final desta década (1988/89), ainda no governo Sarney, teve-se um primeiro esboço para liberar o comércio brasileiro aos concorrentes estrangeiros e se integrar de vez na globalização comercial multilateral, por meio da redução de alíquotas de importação e da adoção de medidas típicas restringindo determinadas barreiras não tarifárias. A alíquota média para

---

<sup>18</sup> Taxa que mede o aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda.

importação caiu de 51,3% em 1985 para 35,5% em 1989, que fez neste ano as importações brasileiras atingirem o marco de US\$ 18,263 bilhões (4,48% do PIB).

Todo esse princípio de liberalização econômica serviu como base experimental às idéias mais radicais dos governantes neoliberais Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, os dois mais marcantes presidentes da República brasileira dos anos 90.

A economia do Brasil tinha ingressado nesta nova década com uma mega inflação em aproximadamente 2.000% ao ano, e com uma preocupação maior em saldar a dívida externa, através de renegociação com seus credores para amenizarem seus juros postergados aos empréstimos. Outra característica inerente ao início desta década, que por ventura se prolongou aos demais anos subsequentes, foi o aumento do fluxo de capitais tanto de longo prazo (investimentos diretos para as privatizações), quanto de curto prazo (hot money) que ajudaram também, a configurarem novas prioridades formuladas pela política econômica, desvirtuando os interesses do governo em manter os extraordinários superávites comerciais brasileiros obtidos em períodos anteriores.

O governo Collor ficou marcado pela abertura indiscriminada da economia do país, pois se rompeu sem escrúpulos com 40 anos de protecionismo e políticas industriais, sem sequer ter havido uma fase intermediária de preparação ao setor produtivo doméstico, jogando-o de imediato ao confronto com a avalanche de mercadorias baratas dos Tigres Asiáticos (em destaque, Hong Kong, Pequim, Taiwan, Japão e Indonésia) e ainda por cima possuíam um selo de qualidade *made in USA* (Mantega et al, 1997, p.11-18)

Para dar sustentáculo a esta medida de incentivo às importações, promoveu-se: um regime de câmbio livre para a taxa cambial flutuar de acordo com o mercado interbancário; revisão do sistema de proteção pelo aumento da exposição dos produtores brasileiros à competição internacional e pela restauração das tarifas como o principal instrumento de proteção;

eliminação dos incentivos fiscais à vários produtos voltados para exportação; aumento da transparência e eficiência do processo de decisão relacionada à política de comércio externo, através de uma ampla reforma das instituições do governo e simplificação das normas e procedimentos; implementação de um cronograma de redução das alíquotas de importação, fixando a alíquota de importação entre 0 e 40%<sup>(19)</sup>; e eliminação da maioria dos regimes especiais de importação, mantendo-se apenas aqueles vinculados às exportações, à zona franca de Manaus e a acordos internacionais. (Santos, 1999, p.51-72)

Já na fase pós Collor, objetivando a reconstrução da moeda brasileira, em março de 1994 na transição do governo Itamar Franco para o governo Fernando Henrique Cardoso, criou-se a URV- Unidade Real de Valor, com um estágio preparatório para o Real, assegurando à moeda nacional na capacidade de:

- I) Creditar confiabilidade para concretização de contratos e obrigações, tornando-se também referência de preços e salários; e
- II) Servir como meio de pagamento substituir, como reserva de valor, as variadas formas de moeda remunerada então existentes.

Gradativamente, foi-se substituindo todo o numerário em circulação, pelos Bancos Comerciais (1ª instância), pelo Banco Central (2ª instância) e pela Casa da Moeda (3ª instância), cortando-se mais três zeros do valor de cada cédula e moeda do Brasil.

Pode-se dizer que o Plano Real utilizou alguns métodos dos Planos da Argentina e do México quanto às questões cambiais e abertura econômica, ou seja, recebeu uma

---

19 A nova política tarifária estabelecia:

- i) Tarifa zero – para produtos com vantagens competitivas naturais
- ii) Tarifa 5% - para produtos que já apresentavam alíquotas de importação de 5%
- iii) Tarifa entre 10 e 15% - Para bens que utilizavam como principais insumos produtos com alíquota zero
- iv) Tarifa 20% - para manufaturados em geral
- v) Tarifa 30% - para química fina, trigo descascado, carne, biscoitos, massa alimentícia aparelhos de tv, videocassete e aparelhos de som.
- vi) Tarifa 35% - para automóveis caminhões e motocicletas
- vii) Tarifa 40% - para produtos de informática

forte influência da nova ortodoxia econômica que se denomina Consenso de Washington, a qual já foi abordada no primeiro capítulo deste trabalho, principalmente no que toca o ente monetário, mais ainda a questão da disciplina fiscal, com uma diminuição do tamanho do Estado.

Localizando-o na área externa, este plano se compõem por dois elementos: abertura comercial e controle das bandas cambiais, ou melhor, taxa de câmbio sobrevalorizada com intervenção esporádica do Banco Central<sup>(20)</sup> na moeda nacional, constituindo-se assim a âncora cambial até os primeiros oito meses, depois a âncora começa a se flexibilizada por conta da crise no México, na Ásia e na Rússia, sequencialmente<sup>(21)</sup>. Esses dois elementos iniciais serviram como pontos essenciais de combate à inflação, que provocaram por consequência o aumento das importações e a queda nas exportações, mesmo não sendo um fator desejado pelos membros do governo, culminando no desequilíbrio da Balança Comercial, onde de acordo com a então comissão econômica estava tudo previsto por ter se averiguado esta ocorrência tanto no México, quanto na Argentina, mesmo o Brasil tendo um maior parque industrial que estes dois países.

Portanto, em função desta sobrevalorização e da abertura comercial criou-se condições para desindustrialização e deslocação regional na economia brasileira, possuindo alguns exemplos mais marcantes em áreas atingidas pelas políticas do governo, como: o setor têxtil, o setor de calçados e o setor de brinquedos, que se mostraram não competitivos em face aos concorrentes estrangeiros e em face a sobrevalorização do Real.

20 Havia forte pressão para um declínio da taxa de câmbio dado que o volume ofertado de divisas era muito superior ao que o mercado necessitava. (Ver Tabela I – reservas internacionais, no anexo)

21 A equiparação do Real frente ao Dólar nestes cinco primeiros anos do Real, no dia 30 de junho de cada ano

	<u>Real(\$)</u>	<u>Dólar(\$)</u>
1994→	1,00	1,00
1995→	0,92	1,00
1996→	1,00	1,00
1997→	1,08	1,00
1998→	1,16	1,00
1999→	1,77	1,00

Essa neutralização da política industrial foi provocada essencialmente pelos partidários da chamada teoria dos mercados contestados, que estavam, alguns ainda pertencentes, a equipe econômica do Malan. Atualmente, vem sendo recuperada por pressões da Secretaria da Política Industrial, e pressões vindas do próprio Ministério do Planejamento. (Amaral Filho, 1995, p.01-10)

Mesmo assim, apresentando a economia brasileira com índice de inflação baixa, os setores produtivos não tinham situações competitivas reais tanto por parte das exportações quanto do mercado interno (principalmente aqueles que usam mão-de-obra intensiva), deixando os preços internos com um padrão alto em relação ao padrão internacional.

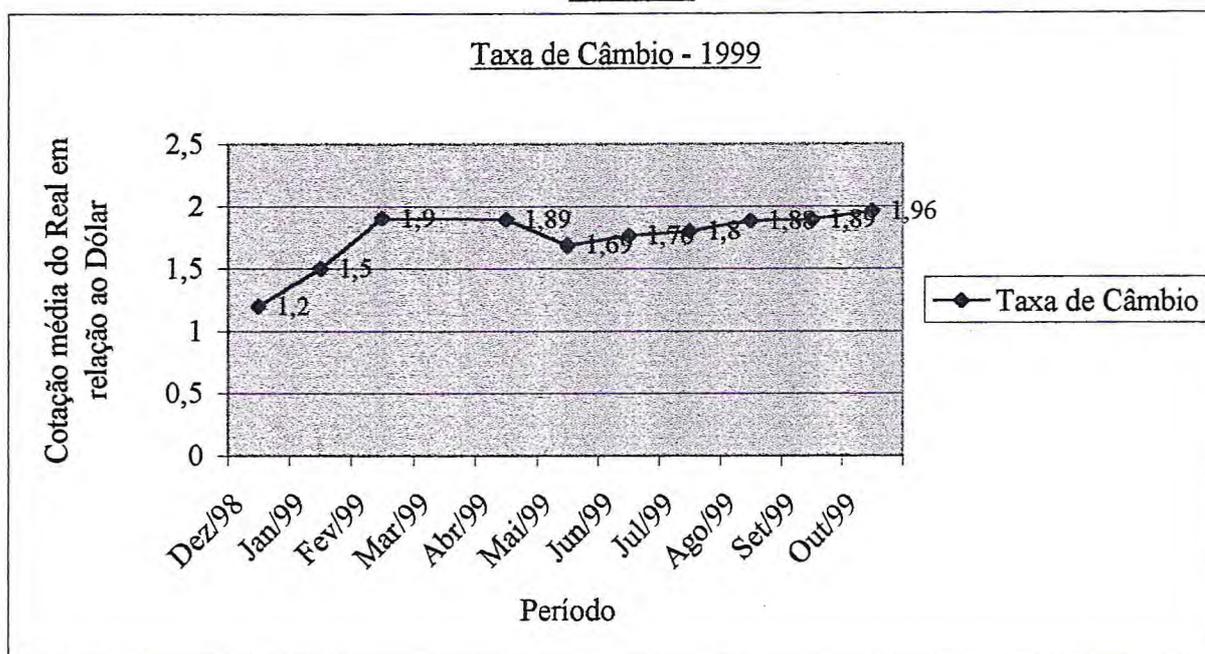
Logo na primeira fase do Plano (segundo semestre do ano de 1994), houve uma compensação do desequilíbrio deficitário da Balança Comercial com as fortes entradas do capital financeiro a curto prazo que possibilitaram o equilíbrio da balança de pagamentos através da balança de capital.

Quanto aos investimentos diretos, o Brasil aponta como destaque dentro dos países em desenvolvimento desde o início da década de 90, tendo sua parcela de recebimento dos fluxos mundiais ascendido de 0,54% em 1990 para 4,46% em 1998. (Matesco, 2000, p.01)

A reversão das contas comerciais do Brasil, dar-se-á com a substituição dessa política cambial de sobrevalorização a partir de janeiro de 1999, em virtude das crises mundiais nos anos antecedentes. Não sendo suficiente para recuperar as exportações, mas ao mesmo tempo preserva o mercado interno dentro do ambiente de competitividade dos produtores domésticos. Neste caso a reversão tem de passar também por elementos de caráter estrutural do conglomerado produtivo propriamente dito da indústria brasileira, por meios de uma melhoria acentuada na qualidade das mercadorias, um aumento na produtividade de maneira generalizada, sendo este

setor hoje, muito concentrado em termos oligopolísticos e multinacionalistas. [Olhar Gráfico I abaixo – sobre a evolução da taxa de câmbio em 1999, com desvalorização do Real progressiva em regime livre flutuante sujo<sup>(22)</sup> ].

**Gráfico I**



Fonte: Almanaque Abril, 2000

A segunda parte do plano, menos importante que a primeira descrita acima foi a política monetária, sendo esta a âncora utilizada pelo Plano Collor, onde a política monetária foi bastante severa. Mas no Plano Real, esta política se manteve, pelo menos até a crise no México em 1995 relaxada, ou seja, manteve taxa de juros elevadas, porém não explosivas, e um tanto cautelosa com relação aos depósitos compulsórios. Também, serviu como avalizador da expansão do processo de monetização, um fato normal em qualquer plano de estabilização.

Mas em meados de 1995, houve uma elevação vertiginosa da taxa de juro, recaindo sobre o aumento do custo para investimentos, para o capital de giro e financiamento do consumo, desaquecendo todo o setor produtivo. No ápice de aperto monetário as taxas de juros

<sup>22</sup> Este regime é caracterizado por permitir que a taxa de juros do país fique parcialmente nas mãos do mercado, pois para evitar abusos ou especulações, há uma intervenção esporádica do governo no controle desta taxa, injetando mais dólares na economia a fim de evitar uma desvalorização exacerbada da moeda nacional.

reais marcaram mais de 100% ao ano para capital de giro e o dobro desta porcentagem para o financiamento do consumo. No ano final do seguinte, 1996, consegue-se reduzir estes índices para 55% a 60% ao ano para capital de giro acima da inflação, estando ainda descompassado com a realidade internacional e deixando os produtos brasileiros sem linha de crédito, salvo àqueles de porte megaempresarial que obtêm recursos do exterior. (Mantega, 1997, p.11-18)

Os anos restantes desta década de 90 continuaram com o estigma do Brasil, em apresentar altos índices de juros para segurar de qualquer forma os investimentos estrangeiros aqui alocados, principalmente depois das ameaças constantes do *Federal Reserve American* em aumentar sua taxa básica para desaquecer sua economia, sendo este um mercado bem mais atrativo que o brasileiro, pelo fato de apresentar menores riscos, atraindo imediatamente os investimentos financeiros. Comprova-se esta marca dos juros brasileiros, conforme a tabela seguinte:

**Tabela II**

<b>Juros – Taxa Básica Anual – 1990 à 1999</b>	
ANO	Taxa CDI (Crédito Interbancário) Variação Nominal (%)
1994	1.135,64
1995	53,07
1996	27,13
1997	24,67
1998	28,57
1999*	18,13

Fonte: Conjuntura Econômica - FGV apud Almanaque Abril, 2000

Nota: \* Até gosto

No entanto, esta pesquisa ressalta apenas a esfera comercial externa, dando ênfase a produção agro-industrial, que serão melhor detalhadas nos itens posteriores com seus respectivos dados e comentários.

Apenas para reforçar as críticas feitas à abertura inadequada e por demais apressada da economia brasileira, mostra-se em sequência três tabelas que evidenciam o grau desta abertura.

**Tabela III: Brasil – Grau de Abertura da Economia**

ANO	Relação Exportação	Relação Importação
	(FOB) / PIB (%)	(CIF) / PIB (%)
1990	6,7	4,8
1991	7,8	5,7
1992	9,3	5,8
1993	9,0	6,4
1994	8,0	6,5
1995	6,6	7,6
1996	6,2	7,3
1997	6,6	8,1
1998	6,6	7,4
1999*	8,6	8,9

Fonte: FMI/SECX/Receita Federal. Elaborado por AEB

Nota: \* PIB estimado

A próxima relata em instância principal a diminuição da participação das exportações brasileira no cenário mundial, a partir da década de 90 e o quanto se permitiu que os produtos estrangeiros tornassem importantes na economia deste país, com significativo aumento das importações no período.

**Tabela IV: Participação do Brasil no Comércio Mundial US\$ Bilhões**

ANO	Exportações (FOB)			Importações (CIF)			Corrente de Comércio*		
	Mundo	Brasil	Part. %	Mundo	Brasil	Part. %	Mundo	Brasil	Part. %
1970	298	2.7	0.92	314	2.8	0.91	612	5.5	0.91
1975	844	8.7	1.03	867	13.6	1.57	1.711	22.2	1.30
1980	1.921	20.1	1.05	2000	24.9	1.25	3.921	45.0	1.15

1985	1.849	25.6	1.39	1.936	14.3	0.74	3.785	39.9	1.06
1990	3.379	31.4	0.93	3.467	22.4	0.65	6.846	53.8	0.79
1995	5.051	46.5	0.92	5.108	53.9	1.06	10.159	100.5	0.99
1996	5.278	47.7	0.90	5.366	56.7	1.06	10.644	104.4	0.98
1997	5.483	52.9	0.97	5.712	65.0	1.14	11.195	117.9	1.05
1998	5.597	51.1	0.91	5.646	57.5	1.02	11.244	108.6	0.97
1999**	2.678	22.5	0.84	2.784	23.0	0.83	5.462	45.5	0.83

Fonte: DECEX/FMI. Elaborada por AEB

Nota: \* Representa a Soma dos Valores das Exportações e Importações

\*\* 1º Semestre

A última relata o desaquecimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o rítmico decrescente e descompassado das exportações brasileiras, sem nenhuma proteção sensível do governo, com destaque para esta situação após de 1994.

**Tabela V**

<b>Brasil – Crescimento do Produto Interno Bruto e das Exportações</b>				
ANO	PIB – US\$ Bilhões	Varição Anual Real (%)	Exportações US\$ Bilhões	VAR (%)
1985	211,092	7,8	25,639	-5,06
1986	257,811	7,5	22,349	-12,83
1987	282,356	3,5	26,224	17,34
1988	305,706	-0,1	33,789	28,85
1989	415,915	3,2	34,392	1,78
1990	469,318	-4,4	31,414	-8,66
1991	405,679	1,0	31,620	0,66
1992	387,295	-0,5	35,862	13,42
1993	429,685	4,9	38,597	7,63
1994	543,087	5,9	43,545	12,82
1995	705,449	4,2	46,506	6,80
1996	775,409	2,8	47,747	2,67
1997	804,181	3,2	52,990	10,98
1998	777,083	0,2	51,140	-3,53
1999*	556,837	0,82	48,011	-6,12

Fonte: BACEN/IBGE. Elaborada por AEB

Nota: \* Estimativa

### 3.2- A Balança Comercial Brasileira

Retrocedendo no tempo do comércio externo do Brasil, nota-se uma alternância na pauta de exportação dos produtos brasileiros. Tradicionalmente, o país foi (e continua a ser) um grande exportador de produtos primários, tais como café, cacau, algodão, soja, açúcar, minério de ferro e de manganês etc. No entanto, nas últimas décadas um fato marcante desponta na

economia exportadora desta nação, com um aumento dos produtos manufaturados ou semi faturados engrossados na rota externa, como os calçados, os tecidos, o suco de laranja, o óleo de soja, as caldeiras e aparelhos mecânicos, o material de transporte (automóveis, veículos de carga) e até mesmo armamentos.

No aspecto das importações, os itens mais significativos que entram na economia brasileira, são: petróleo, máquinas e motores, material elétrico, produtos químicos e farmacêuticos, aço e ferro fundido, aparelhos diversos, trigo, fertilizantes e outros...

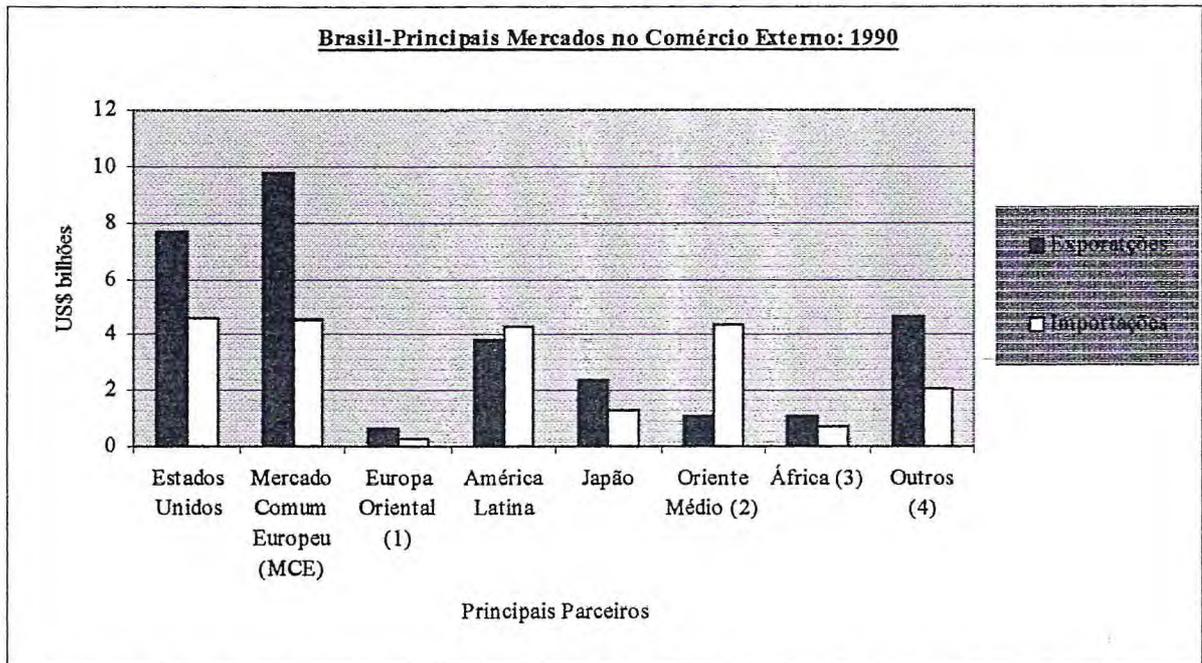
A relação de exportação e importação destes bens está intrinsecamente ligada às políticas econômicas e de desenvolvimento adotadas pelos governantes brasileiros, mas na qual apenas seguem o ritmo ditado pelos dirigentes do mundo globalizado.

Outra mutação está gradativamente ocorrendo com o histórico do comércio exportador brasileiro, com o aumento das exportações de bens industrializados para os países do Terceiro Mundo, em especial, com nações da América do Sul. Essa própria formação do quadro de parceiros comerciais brasileira, também, depende da doutrina ou interesses vigentes na conjuntura internacional, pois, até por volta dos anos 60 a imensa maioria dos produtos exportados e importados pelo Brasil tinha como parceiros principais os Estado Unidos, em primeiro lugar, e a seguir os países europeus ocidentais e o Japão.

Estes países ainda continuam como importantes parceiros comerciais do Brasil, mas se presencia um decréscimo relativo: somente os Estado Unidos, por exemplo, que anteriormente ocupavam mais de 50% do total das exportações e importações do país nos anos 60, no final dos anos 80 e no início da década de 90 essa porcentagem já havia caído para menos de 25%. Em contra partida, os países subdesenvolvidos que há cerca de trinta anos pouco comercializavam com o Brasil – como a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, a Venezuela, a Nigéria etc. -, hoje

ocupam posições de crescente destaque no intercâmbio brasileiro com o exterior. (Vesentini, 1997, p.32 e 33)

**Gráfico II**



Fonte: Vescentini, 1997. Baseado no Anuário Estatístico do IBGE-1991

Notas: (1) inclusive a ex-URSS

(2) Principalmente a Arábia Saudita, o Irã e o Iraque

(3) Principalmente Nigéria e Angola

(4) Principalmente Canadá, Suécia, China e Austrália

Com esta rápida explanação comportamental do comércio exterior brasileiro, cabe neste momento, sobressaltar a análise conjuntural da Balança Comercial deste país aos três anos que antecederam o Plano Real e em destaque a Balança Comercial do “Real”, ambas inseridas no contexto da abertura econômica.

### 3.2.1- Os Três Anos Iniciais da Abertura Econômica (1990-1993), Voltados para os Resultados da Balança Comercial.

Este período compreende a uma fase de evolução das importações, mas ainda apresenta um saldo positivo da Balança Comercial pela resistência das exportações, já despontando com tendências a decréscimos.

Estampa-se aqui, um ponto de partida no retrocesso dos longos superávites comerciais vistos nos anos 80, proporcionados pela política creditícia expansionista para conter as versões da dívida externa que assolava o país naquela época.

O esforço empenhado anteriormente, muda de contexto político a partir da entrada definitiva do Brasil no cenário internacional, marcando a nova década de 90 por sucessivos déficits que transformaram o perfil econômico do país, embaçados tanto no aspecto conjuntural quanto no aspecto estrutural; o primeiro é um reflexo do crescimento econômico que desembocou em um acréscimo das importações, e o segundo caracteriza-se pelas medidas governamentais do então presidente Collor que implodiu de vez as portas de entrada do país com a liberalização das importações, através da quase extinção das barreiras tarifárias. Para o desfecho deficitário, acarreta-se este com o aumento do preço do petróleo, elevando em efeito cascata todos os outros preços das mercadorias que circulavam na economia brasileira.

Todo esse jogo neoliberal, repercute negativamente sobre a Balança Comercial do Brasil que teve uma variação negativa de US\$5, 081 bilhões do ano de 1989 para 1990, ou seja, no ano de 1989 o saldo atingiu o valor de US\$16,115 bilhões, enquanto em 1990 este saldo reduziu-se para US\$11,034 bilhões, em termos percentuais houve um decréscimo de 31,5%. No ano subsequente-1991, permaneceu esta tendência de queda no saldo da Balança Comercial, sofrendo uma redução de 3,5% em relação ao ano de 1990, com o registro de US\$10,64 bilhões de diferença das exportações sobre as importações. (Santos,1999, p.51-72)

A explicação mais racional para essa diminuição do complexo geral da Balança Comercial brasileira para os dois primeiros anos da década de 90, está enquadrada em alguns fatores: encolhimento ou retração do consumo da demanda externa, diminuição dos preços das *commodities* no mercado internacional, corte nos financiamentos disponíveis para a produção de manufaturados, redução dos excedentes exportáveis, aumento dos gastos com compras externas e redução das exportações.

Uma guinada deste saldo aparece em 1992, pois em virtude de um alinhamento relativo cambial, e na esfera doméstica, tinha-se uma recessão ascendente, contribuindo assim, para se elevar este saldo em 42,8% com comparação a 1991, registrando um total de US\$15,525 bilhões.

Este sinal de recuperação desaparece em 1993, pois as importações voltaram a crescer em ritmo mais acelerado que as exportações, pela retomada do crescimento da atividade econômica interna, na qual repercutiu de maneira positiva sobre o nível de investimento e sobre a demanda interna. Numericamente, teve-se 15,88% de redução no saldo de 1992 (US\$15,20 bilhões) para 1993 (US\$12,788 bilhões). (BACEN apud Santos, 1999, p.64)

Caso pegue-se separadamente a análise das exportações sobre as importações deste período, constata-se que as exportações cresceram em todos os anos compreendidos entre 1990 e 1993. Com exceção para o ano de 1990 que apresentou uma redução de 8% em relação a 1989, ao atingir US\$31,39 bilhões, pois o ano anterior contabilizou US\$34,406 bilhões. (Idem)

Apesar do ano de 1991 ter apresentado uma elevação de 0,80% nas exportações para com o ano de 1990, os produtos brasileiros enfrentaram no mercado internacional vários entraves de afirmação; por terem sofrido altos custos portuários, deficiente safra agrícola e escassez de financiamento para a venda de produtos manufaturados. Mesmo tendo havido criações de programas especiais de incentivo às exportações, continuou não existindo recursos suficientes destinados ao setor produtivo brasileiro, voltado ao mercado externo.

Na sequência cronológica, o biênio de 1992 e 1993 apresentaram uma taxa de crescimento nas exportações em 13,2% e 7,8% com os anos anteriores, respectivamente atingindo marcas de US\$35,809 bilhões e US\$38,59 bilhões. Tudo se configurou em detrimento da desvalorização cambial que estava no controle do mercado interbancário.

Abrangendo a esfera das importações do mesmo período, estas tiveram em crescimento tanto no âmbito do volume quanto no âmbito do valor, mas a estruturação portou-se ligeiramente oscilatória devido à instabilidade das variáveis econômicas que atingiram em seu comportamento.

Neste período estudado (1990-1993), o valor das importações totais cresceu 26,79%, subindo de US\$20,356 bilhões para US\$25,809 bilhões. No que se refere a quantidade importada esta variação cresceu em 70,7%, em contra partida os preços destas declinaram 10,1%, de acordo com as estimativas da FUNCEX.

No primeiro momento (1990-1992), o valor das importações permaneceram quase que constante, em 1990 era US\$20,356 bilhões e em 1992 era US\$21,004 bilhões, os motivos desta aparente inércia estão ligados a forte desaceleração da economia, com fontes nas políticas contracionistas do governo Collor, comprovada pelo decréscimo de cerca de 5% do PIB real nos três primeiros anos da década de 90; e também em virtude do câmbio desvalorizado diante do dólar americano, que acabaram por segurar temporariamente a avalanche de importações que estariam por vir.

Toda essa falsa proteção a economia brasileira, começa a se romper já no ano de 1993, pois se teve um novo crescimento econômico em conjunto com uma tendência de valorização do câmbio ao longo prazo, culminando na elevação das importações em torno de 25% para o valor numérico de US\$25,809 bilhões, mostrando em primeira mão o verdadeiro reflexo do impacto da abertura comercial. (Ver na próxima página tabela VI e ver também, Gráfico III no Anexo)

**TABELA VI**

(US\$ bilhões)

	Saldo da Balança Comercial	Exportações Totais	Importações Totais
1990	11,034	31,39	20,356
1991	10,64	31,644	21,004
(Anos) 1992	15,202	35,809	20,607
1993	12,788	38,597	25,809

Fonte: Boletim do Banco Central, diversos anos. Elaboração própria

A seguir, realça-se a trajetória da Balança Comercial Brasileira, no momento mais recente de sua história, em face ao Plano Real.

### 3.2.2- A Balança Comercial Brasileira sobre os Efeitos do Plano Real – 1994 à 1999.

Prosseguindo com o caminho trilhado inicialmente pelo seu antecessor, o governo do Fernando Henrique Cardoso aprofundou a abertura econômica brasileira, deixando-a em meio às políticas monetárias e cambiais extremamente desfavoráveis para os produtos nacionais. De início, derrubou as barreiras comerciais que ainda restavam e acometeu acordos surpreendentes com os membros da OMC, mesmo sendo demasiadamente liberais, estes ficaram surpresos com o plano de reestruturação global apresentado.

Logo de imediato ao plano, em 1994, os efeitos perversos deste não apareceram na Balança Comercial que registrou um saldo positivo de US\$10,797 bilhões, pois sua implementação deu-se apenas no segundo semestre deste mesmo ano, fazendo ainda surtir consequências do governo anterior. Já no ano seguinte em 1995, desponta o primeiro ano consecutivo de quatro que iriam apresentar saldos negativos na Balança Comercial, com o resultado deficitário de US\$3,354 bilhões para este ano em questão. Esta ocorrência liga-se aos fatores preexistentes de ampliação das compras externas causada pela estabilização dos preços

sem uma alta taxa inflacionaria na economia, e também, a situação conjuntural da taxa de câmbio favorável às importações.

Especificando as exportações em 1994, somaram um total de US\$43,545 bilhões, representando um crescimento de 68,7% em relação a 1993, sendo aquele o único ano do período agora considerado em que as exportações compensaram as importações (US\$32,748 bilhões). Em 1995, este resultado não foi obtido novamente, ainda que as exportações tenham crescido em torno de 3,5%, US\$46,506 bilhões no total, pois as importações atingiram o índice de US\$49,86 bilhões. (BACEN, 1995)

Com relação ao fechamento do ano de 1996, tanto em destaque as exportações quanto as importações, aponta-se recordes históricos de desempenho, com valores de US\$47,747 bilhões e US\$53,286 bilhões, respectivamente, representando 2,67% e 6,88% acima dos respectivos montantes de 1995, ocasionando um saldo negativo de US\$5,539 bilhões. (BACEN, 1996)

No estudo desse ano, deve-se ressaltar o total da conta corrente do comércio exterior que ao ultrapassar o patamar de US\$100 bilhões, representou quase o dobro do valor do comércio de 1990 (US\$52,075 bilhões), retratando a evolução do processo de abertura comercial implementado no período. Em relação ao ano anterior-1995, a conta corrente aumentou 4,85% de US\$96,364 bilhões para US\$101,033 bilhões. (SECEX, 1996)

Observa-se, o desempenho do comércio exterior de 1996, que embora as importações tenham crescido 6,88% sobre o ano de 1995, essa taxa de crescimento foi bastante inferior a da comparação 95/94 (50,13%), indicando a progressiva estabilização da conta corrente importadora, após a fase inicial a abertura. Por outro lado, as exportações, que tiveram crescimento de 2,67% em 1996, beneficiaram-se dos investimentos realizados pelo setor

produtivo, sob a forma, entre outras, de importações maciças de bens de capital e bens para processamento, setores que tiveram o maior crescimento em 1996.

Transpondo para o ano de 1997, a Balança Comercial Brasileira deste ano esboçou um déficit de US\$8,372 bilhões, resultado que, embora superior ao déficit de US\$5,554 bilhões registrados em 1996, pode ser considerado favorável face a prognósticos iniciais do mercado, que chegou a prever para o ano, valores negativos entre US\$ 12 bilhões e US\$ 15 Bilhões. (Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1997)

Neste ano, as exportações apresentaram crescimento expressivo de 11% sobre 1996, ao totalizarem cifra inédita de US\$52,986 bilhões anuais, ultrapassando pela primeira vez, a marca de US\$ 50 bilhões anuais, além de registrarem taxa de expansão bastante superior aos 2,7% verificados no biênio 96/95. É de se observar também que as exportações mantiveram, a partir do período de janeiro/agosto até o final do ano, taxas de expansão acima de 10% e, na comparação dos períodos acumulados do ano, o que demonstra o ritmo consistente de vendas externas, a partir do segundo semestre de 97, com preponderante contribuição dos bens de maior valor agregado, como os itens de material de transporte – aviões e automóveis. (Idem)

No que diz respeito às importações, o montante de 1997, de US\$61,358 bilhões, também é inédito, registrando-se durante o período, taxa de variação positiva, porém decrescente comparativamente a 1996. Este motivo guarda relação com medidas implementadas pelo governo no decorrer de 97, visando permitir uma maior regularidade ao processo de importações, entre elas a limitação dos prazos de financiamentos à importação, a revisão do sistema de concessão, de ex-tarifário, e após a crise da economias asiáticas, a elevação das alíquotas da Tarifa Eterna Comum – TEC, em três pontos percentuais. (Idem)

Dando continuidade ao período da era Real, chega-se ao ano de 1998 com o déficit na Balança Comercial de US\$6,430, -23% com relação ao ano de 1997, representado uma melhora bastante considerável. (Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1998)

Suas exportações acusaram o valor total de US\$51,120 bilhões, 3,5% abaixo do ano de 97, enquanto as importações chegaram a US\$57,550 bilhões, 6,2% inferiores às do ano anterior. Do lado das importações, o resultado de 1998 insere-se em um contexto de redução da atividade produtiva, conjugado com o maior nível de competitividade interna, o que fez diminuir a demanda por bens no exterior. Soma-se a isso, também, o efeito da queda dos preços internacionais de *commodities* como o petróleo. Quanto às exportações, o desempenho de 1998 refletiu, em grande parte, a conjuntura adversa da economia mundial do período, expressa nas sucessivas reuniões do FMI ao longo do ano. (Idem)

Assim de fato, o comportamento das vendas externas de 98 deve ser analisado em dois momentos distintos: no primeiro semestre, o crescimento das vendas alcançou 4,8% sobre o mesmo período de 97. Este resultado foi fortemente impulsionado pelo setor de manufaturas, cuja receita alcançou montante de 14,3% superior ao ano de 1997, principalmente em função do aumento de 12,8% das quantidades exportadas, conforme o índice de “quantum” elaborado pela Fundação de Estudos de Comércio Exterior – FUNCEX. Por outro lado, os produtos básicos, no mesmo período comparativo, decresceram 10,9% em receita, registrando queda do índice de *quantum* de 1,1% e de 7,7% no índice de preço, em destaque ao caso das *commodities* agrícola (café e soja). No segundo semestre, as reduções de 9,8% nas vendas dos básicos, de 12,5% nos semifaturados, e de 10,2% nos manufaturados levaram a um decréscimo de 10,8% nas exportações, em relação a julho/dezembro-97. Este desdobramento adverso seguiu a tendência de retração da demanda internacional face à crise asiática, agravada pela moratória da Rússia, em agosto, com sérias consequências sobretudo nas economias em desenvolvimento. (Idem)

Com relação a dinamicidade da Balança Comercial do ano de 1999, esta ainda demonstrou um déficit de US\$ 1,4 bilhões, tendo suas exportações em US\$43,338 bilhões e suas

importações em US\$44,785 bilhões. O resultado avalia a incapacidade do país em gerar um superávit comercial dentro de um período de crise cambial aguda. O saldo negativo pode até diminuído em equiparação a 1998 e 1997, mas em contra partida também se reduziu os valores auferidos com as exportações e importações no mesmo período, fazendo com que a participação do Brasil nas exportações mundiais caísse de 1,04% em 1994 para 0,96% em 1998 e 0,88% em 1999. (Jornal dos Economistas, 2000, p.02)

Cabe destacar a extraordinária degradação da questão cambial da economia brasileira em 1999 com mudança brusca desta, pois entre o quarto trimestre de 99 e o mesmo período de 98, os preços das exportações caíram 8% e os das importações subiram 7%. Isto significa, na realidade, uma enorme transferência de recursos reais para o exterior, travando o processo de crescimento interno do Brasil. Também, deve-se notar que não foram somente os preços das *commodities* que caíram em 99; os preços dos produtos manufaturados exportados pela economia brasileira reduziram em cerca de 9%. Desta forma, para alavancar de vez o desempenho das exportações locais precisa-se ter uma política comercial ativa, atingindo todos os setores produtivos. Pois apenas a desvalorização cambial, provocou um impacto modesto na receita de exportação, na medida em que o aumento de quantidade exportada é mais do que compensada pela redução dos preços em dólares. Pelo lado das importações, a reversão da liberalização comercial parece ser a única solução efetiva no curto prazo. (Idem) (Ver também, Gráfico IV no Anexo)

**TABELA VII**  
(US\$ bilhões)

	Saldo da Balança Comercial	Exportações Totais	Importações Totais
1994	10,797	43,545	32,748
1995	-0,354	46,506	49,86
(Anos) 1996	-5,54	47,746	53,286
1997	-8,36	52,989	61,349
1998	-6,089	51,12	57,209
1999	-1,4	43,338	44,785

Fonte: Boletim do Banco Central, diversos anos. Elaboração própria

Em meio a essa configuração deficitária do Brasil agravada na fase do Plano Real, abaixo encontra-se o quadro da participação das exportações brasileiras no contexto mundial, durante a década de 90, evidenciando uma retração bastante sensível nesta porcentagem, principalmente se for comparada à década de 80. Ressalta-se também, o crescimento emergente das economias asiáticas; a elevação firmadora da economia de exportação norte-americana; e a oscilação expansionista e contracionista da União Européia, no mesmo período.

<b>Tabela VIII: Brasil no Comércio</b>					
<b>Mundial – (%)</b>					
	<b>Participação nas Exportações Mundiais</b>			<b>Crescimento Médio Anual</b>	
	1980	1990	1998	1990/1980	1998/1990
<b>Mundo</b>	100	100	100	5,39	5,86
<b>América Latina</b>	5,39	4,24	5,08	2,88	8,3
<b>Brasil</b>	0,99	0,91	0,94	4,55	6,28
<b>Mercosul</b>	0,09	0,04	0,16	-3,11	26,89
<b>Resto do Mundo</b>	0,9	0,88	0,78	5,09	4,33
<b>América do Norte</b>	14,43	15,18	16,55	5,92	7,01
<b>União Européia</b>	37,06	43,89	40,22	7,19	4,71
<b>Intra-Regional</b>	22,55	28,49	25,23	7,88	4,26
<b>Resto do Mundo</b>	14,51	15,39	15	6,01	5,52
<b>Ásia</b>	15,91	23,05	26,62	9,37	7,78
<b>China</b>	0,89	1,81	3,39	13,06	14,53
<b>Japão</b>	6,41	8,36	7,15	8,23	3,81
<b>Coréia do Sul</b>	0,86	1,89	2,44	14,02	9,29

Fonte: OMC e SECEX/MIDC. Elaboração IBRE/FGV

A seguir, evidenciará a contribuição do setor agroexportador para com a conjuntura econômica brasileira em detrimento da criação da mais nova moeda, o Real.

### 3.3- A Balança Comercial Agrícola Brasileira, no Período de 1994 à 1999.

O setor agrícola sempre representou e continua representando grande influência para a economia brasileira, mesmo depois da década de 30, onde se sobressaiu o desenvolvimento industrial, pois aquela produção tornou-se de suma importância para equilibrar a Balança Comercial em momentos de desajustes na carteira de exportação do Brasil, configurando-se como a âncora verde da economia brasileira.

Em meio ao processo de industrialização, a agricultura incorporou as seguintes funções: liberar mão-de-obra, com a migração do homem do campo para as cidades urbanizadas; fornecer alimentos e matérias-primas; transferir capital, o capital aplicado na agricultura passa a ser investido na indústria; gerar divisas, com as divisas arrecadadas pelas suas exportações viabilizou-se a importação de máquinas e equipamentos necessários às indústrias; e um potencial mercado consumidor, representando uma eficaz demanda consumidora dos produtos gerados no setor industrial e nas cidades de modo geral.

Atualmente, cerca de 40% do território brasileiro é ocupado por estabelecimentos que cultivam a agricultura e a pecuária, incluindo também atividades como o extrativismo vegetal e a pesca, registrando um crescimento de 6,07% no primeiro semestre de 1999 em relação ao mesmo período do ano de 1998, conforme com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desempenho deste setor ficou determinado pelo aumento de 5,93% da atividade agrícola e de 4,94% da pecuária, embora o extrativismo apresenta-se queda de 0,98%, relacionados com os mesmos anos citados anteriormente. Em contra posição a este crescimento, a participação do setor agropecuário na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 1998 foi de 8,4%, apresentando um redução nesta porcentagem em equiparação a 1997, pois neste ano a participação no PIB atingiu a marca de 12% na sua composição total. Agora, para o ano de 1999 evidencia-se uma retomada desta participação, pois a safra agrícola deste ano, foi de aproximadamente 82,6 milhões de toneladas, um volume 9,9% superior ao de 1998, de acordo com o Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, representando a maior safra desde de 1995, quando foram produzidos 79,4 milhões de toneladas. Entre as culturas mais produtivas de 1999 destacaram-se o arroz, o feijão, o milho, a algodão e a laranja. Estes dados foram auferidos com o impacto da desvalorização do Real.

Interagindo com este complexo produtivo exportador, desde o início do Plano Real em 1994, averigua-se que as exportações agrícolas mostraram certa recuperação nos dois primeiros anos deste plano, 1994 e 1995, aumentando a participação da agropecuária no total das exportações, que por consequência contribuiu significativamente para a redução dos problemas

externos da economia brasileira, que de 1995 até 1998, veio apresentando crescentes déficits comerciais. Mas, deve-se ressaltar que esta evolução do setor agropecuário, mais se deveu à piora no desempenho dos demais setores no mercado externo do que à boa *performance* deste, exclusivamente. (Carvalho, 1998, p.07)

Comprovando esta ascensão agropecuária de imediato ao Plano Real, a partir de 1994 ocorreu significativo incremento nas exportações de produtos deste setor, alcançando em média no período de 1995 a 1997, exportação de US\$15,3 bilhões, com incremento nesse período de 53% em relação ao quinquênio anterior. Assim, logo após a implementação do Plano Real, quebra-se as expectativas que com a abertura comercial os produtos industrializados exportados iriam despontar diante dos bens agrícolas destinados ao mercado externo, sendo aqueles representantes de 61,8% das vendas externas brasileiras no ano de 1997 e com um crescimento de apenas 17% desde 1994, enquanto que para os produtos primários o crescimento foi de 31%, para uma média de 21,6% das exportações globais.

No que se refere às importações agrícolas dos anos de 1994 à 1997, estas se avolumaram cada vez mais, atingindo uma média de US\$6,3 bilhões, o que condiz com um montante de recursos semelhantes ao que é gasto com a compra de petróleo e derivados. A explicação mais sensata para a obtenção deste volume importado de mercadorias agrícolas, fica presa a visão da estabilidade do Plano Real, pois as importações de alimentos foram utilizadas como instrumento de controle de preços internos e da inflação, por isso se justifica a duplicação das importações deste setor comparadas aos cinco primeiros anos da década de 90. (BACEN, 1997)

Os produtos agropecuários que mais contribuíram para o aumento das importações foram o algodão, soja, trigo, leite e seus derivados. Atualmente, a importação de produtos agrícolas em relação à produção interna representa cerca de 13% para grãos e 50% para algodão.

Este estímulo às importações agrícolas, teve como apoio uma estrutura política voltada a abertura econômica, extinguindo praticamente as taxas e cotas alfandegárias locais; configurou-se uma valorização da moeda nacional, deixando as mercadorias estrangeiras mais baratas que as ofertadas pelo mercado interno; e também, verificou-se que antes da Medida Provisória 1.569 de março de 1997 (onde restringiu os pagamentos das compras externas para menos de 360 dias), somente 2,5% das importações brasileiras eram realizadas com prazo de pagamento superior a 360 dias, mas devido a elevação dos juros internos a partir de 1996, esta medida teve efeito contrário aos objetivos divulgados em sua publicação (reprimir as importações), em virtude do aumento substancial com o custo interno de comercialização e de produção, dobrando praticamente as despesas financeiras dos agricultores brasileiros.

Assim, mesmo a agricultura brasileira tendo enfrentado a paridade cambial, a concorrência do Mercosul que é bastante forte no setor agrícola, e condições favoráveis de prazo e juros nos financiamentos das importações, os dados da Balança Comercial Agrícola mostram o bom desempenho externo deste setor, fundamental para o equilíbrio da Balança de Pagamento e para a estabilidade do Real.

As estatísticas do Banco Central não deixam dúvidas de que o setor agrícola nacional sempre gerou excedentes comerciais, transferindo importantes recursos para financiar o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Na década de 80, para cada dólar importado o setor agrícola exportava em média, 6,7 dólares; no primeiro quinquênio da década de 90 a relação foi de 3,0 e no período do Real (1994-1997) 2,4. Para os demais setores da economia, nos mesmos períodos, a relação foi de: 1,4; 1,2; e 0,7.

Desta forma, no período do Plano Real em seus três primeiros anos, o superávit do complexo agropecuário, em média foi de US\$9,1 bilhões, equivalendo a 60% do valor das exportações do setor ou a 1,4 vezes o valor das importações de produtos e insumos agropecuários, enquanto que o déficit dos demais setores representou 46% das exportações desses

setores e 32% das suas respectivas importações, ou seja, durante essa etapa do Real, pôde-se observar saldo comercial agrícola superior à patamares de US\$12 bilhões, chegando a US\$15,2 bilhões em 1997, ano em que o déficit comercial total atingiu o ponto máximo de US\$8,5 bilhões. (Vicente; Carvalho, 2000, p.01-04)

Após a desvalorização do Real frente ao Dólar, iniciada ainda em 1998 e intensificada em janeiro de 1999, o setor agrícola voltou a manifestar o seu maior dinamismo, pois as importações agrícolas se reduziram em cerca de 30%, enquanto que o declínio nos demais produtos foi de cerca de 13%. Essa comparação entre os anos de 1998 e 1999 referentes às exportações também foi mais favorável para a agricultura, embora o setor também tenha registrado redução nas exportações, da ordem de 5,8%, os produtos não-agrícolas mostraram redução de 6,3%.

Esse efeito de retração nas exportações agrícolas deveu-se principalmente à queda nos preços internacionais das *Commodities* que atingiram valores mínimos históricos em 1999, e ao elevado grau de concentração em poucos produtos agrícolas na carteira de exportação brasileira, diminuindo por consequência a arrecadação de divisas do Brasil.

O desempenho da agricultura brasileira poderia ter sido melhor, se não fosse essa elevada concentração das exportações em poucas mercadorias. Em 1999, por exemplo, apenas 10 produtos perfizeram 70% do valor das exportações agrícolas. Apesar de 7 deles tenham apresentado aumento da quantidade exportada, 7 também tiveram queda nos preços. Como o efeito da redução dos preços médios foi superior ao aumento do volume exportado, dentre os 10 principais produtos mencionados, apenas 4 apresentaram aumento do valor das exportações. (Vicente; Carvalho, 2000, p.01-04)

Uma evidência do efeito provocado pelo forte grau de concentração do comércio agrícola foi o desempenho do café cru em grão, pois em 1999 somente essa mercadoria representou cerca de 12% do valor das exportações e, embora registrasse expansão em torno de 28% no volume exportado, teve queda de 25% no seu preço. Com isso, sua contribuição em termos de divisas caiu 4,4% em relação ao ano anterior. (Idem)

Soja em grão e farelo de soja colocaram-se como segunda e terceira mercadorias por ordem de importância nas exportações agrícolas de 1999, com participação de 8,4% e 7,9%, respectivamente. Nesses casos a redução dos preços (23,8% e 13,9%) foi acompanhada por redução do volume exportado, resultando em receita de exportação muito menor do que em 1998. Soja em grão apresentou redução de 26,9% e o farelo de soja, de 14,1%. (Idem)

Em resumo, o conjunto dos 10 principais produtos de pauta agrícola brasileira apresentou aumento de 12,2% na quantidade exportada, no entanto, seus preços caíram 13,3%, resultando em contração das receitas com exportação da ordem de 2,7%. O comércio de produtos agrícolas após a desvalorização do Real teria obtido resultado mais positivos em termos de aumento das receitas com exportação, mesmo nos casos em que houve queda nos preços, se a pauta de exportação fosse mais diversificada e, em particular, se predominassem produtos de maior valor agregado ou que não tivessem tanta sensibilidade com os preços na curva de oferta.

No que tange as importações agrícolas destes dois anos – 1998 e 1999, retratou-se uma variação negativa de 29,34%, enquadrando valores de US\$6,36 bilhões e US\$4,49 bilhões, respectivamente. Resultado favorável obtido sobre o efeito da desvalorização cambial, mas que ainda indica a dependência agrícola brasileira para com os insumos e materiais diversos do mercado externo para o desenvolvimento da agricultura deste país, tais como fertilizantes, adubos, inseticidas, sementes selecionadas, e produtos químicos em geral. E também, confirma a não suficiência plena do Brasil em suprir os anseios da demanda interna por este setor, destacando a escassez produtiva de algodão, arroz, milho e trigo.

**Tabela IX**

<b>Balança Comercial dos Principais Produtos Agrícolas - 1994 à 1999</b>						
	<b>US\$ Bilhões</b>					
	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações (1)	9,99	10,25	10,74	13,36	11,95	10,97
Importações (2)	1,74	2,12	3,44	3,22	3,18	2,24
Saldo	8,25	8,13	7,3	10,14	8,77	8,73

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração Própria

Nota: (1) Enquadra-se as exportações de café, soja, cacau, açúcar, carne e fumo em folhas  
 (2) Relacionada com as importações de trigo em grãos, algodão em bruto, arroz em grão, pescados (frescos, congelados e refrigerados), soja em grãos, frutas (frescas, refrig. ou secas), carne bovina (cong., fresca e refrig.), borracha natural e alho comum (fresco e refrig.)

Acima, mostra-se o comportamento em volume (US\$ Bilhões) exportado e importado da Balança Comercial Agrícola Brasileira para os principais produtos deste setor comercializados no mercado internacional, no período de 1994 à 1999. (Ver também no anexo, o saldo desta Balança por principais produtos, no período que compreende a desvalorização do Real, 1998 e 1999, com um esboço inicial desta Balança para o ano 2000).

### 3.4- Notas Conclusivas

Com a atuação de uma política neoliberal extremamente radical na década de 90, o Brasil reverteu o seu quadro superavitário comercial dos anos 80, com ressalva para os bens agrícolas que permaneceram apresentando saldos positivos no mercado externo, apesar do incremento das importações deste setor.

Portanto, os empresários produtores e exportadores brasileiros sofreram em seus negócios o peso das políticas adotadas no Brasil com a abertura comercial aos mercados mundiais e a aceleração do processo de globalização, assim estes foram obrigados a repensar em uma nova estrutura organizacional e produtiva como forma de sobrevivência e crescimento, utilizando-se de programas de “Qualidade Total” e “Reengenharia” a fim de modernizaram o parque industrial brasileiro, tão retalhado nos últimos tempos, proporcionando um aumento da

competitividade e um aumento de produtividade, mas também esta política causou um efeito revés a economia do Brasil – a explosão do desemprego.

Contudo, se de um lado existiu a tentativa de implantar um conceito de modernização na economia e no comércio externo, o país, pelo menos até o presente momento, não conseguiu melhorar os resultados da balança comercial e está deixando dúvidas também, sobre o real aumento da eficiência e competitividade da economia nacional. Por outro lado, até o setor agrícola que foi o verdadeiro sustentáculo das contas da Balança de Pagamento do Plano Real – a âncora verde, angariou sequelas irreversíveis dentro desta política em conjunto com a população brasileira, também possuindo uma dívida social irresgatável, devido a redução do nível de emprego que trouxe consigo a diminuição da renda e da própria qualidade de vida.

## CONCLUSÃO

O Neoliberalismo trouxe consigo os sentimentos menos nobres que possam existir em um ser humano, tudo em detrimento de um enriquecimento substancial das nações do hemisfério norte, comprovadamente as mais ricas pelos percursos de todas as suas histórias. Para essa realização, tanto os pensamentos dos indivíduos, quanto o sistema de produção foram alterados, criando novos costumes em toda a sociedade, como: o aumento da carga horária de trabalho, participação feminina e mesmo infantil no mercado de trabalho, compressão salarial, redefinição do projeto familiar, vida cotidiana acelerada, acirramento de interesses financeiros, estímulo ao aumento do consumo, e mais.

Toda essa ganância, individualismo e egoísmo acarretaram na fragilização dos Estados Nacionais do terceiro mundo, onde disseminou-se nas décadas de 80 e 90 a prática de privatização das suas grandes estatais de forma errônea, ou seja, alienou-se importantes patrimônios públicos à multinacionais estrangeiras, sendo em sua maioria, por valores monetários irrisórios, que completando o desfecho, foram financiadas por entidades bancárias do próprio país, no caso do Brasil surge o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que garantiu empréstimos aos novos investidores. Uma segunda sequela do Neoliberalismo nos países periféricos foi o enfraquecimento de movimentos e associações políticas, em destaque, os sindicatos das classes trabalhadoras, que perderam o poder de barganha com os empregadores, pela massa desempregada em estado de reserva para o mercado.

No tocante aos países desenvolvidos, os objetivos do Neoliberalismo são basicamente os mesmos, contudo seu reflexo na economia foi bem diferente aos demais, pois aqueles possuem uma classe trabalhadora organizada e protegida por um efetivo Estado consolidado.

Configurando as artimanhas criadas pelo Neoliberalismo com todo o processo histórico comercial externo do Brasil, chega-se ao entrelace deste com as vontades dos países dominantes economicamente, criando uma interdependência mútua (Países Pobres X Países Ricos) que recai de forma acentuada sobre o lado mais fraco, o brasileiro. Tal afirmativa, se enquadra na própria constituição das relações comerciais externas deste país com os outros países deste cenário internacional, tendo maiores pontos favoráveis para as economias desenvolvidas que na verdade aplicam a prática do protecionismo estatal, em vez da abertura econômica, vista somente nas estruturas comerciais periféricas.

São 500 anos de submissão ao capital estrangeiro, que apenas muda de forma, mas sua essência continua a mesma. Antes era total escravidão, agora é submissão às regras ditadas pelos grandes, que sem eles não haveria comércio para exportação no Brasil. Estas regras se tornaram o principal motivo para a não realização da Rodada do Milênio em 1999, onde de maneira alguma os países ricos deixariam de utilizar suas barreiras alfandegárias contra às importações estrangeiras, principalmente aos bens agrícolas, à favor das economias em desenvolvimento e subdesenvolvidas.

Com a atuação de uma política neoliberal extremamente radical na década de 90, o Brasil reverteu o seu quadro superavitário comercial dos anos 80, com ressalva para os bens agrícolas que permaneceram apresentando saldos positivos no mercado externo, apesar do incremento das importações deste setor.

Portanto, os empresários produtores e exportadores brasileiros sofreram em seus negócios o peso das políticas adotadas pelo Brasil com abertura comercial aos mercados mundiais e a aceleração do processo de globalização, assim estes foram obrigados a repensar em uma nova estrutura organizacional e produtiva como forma de sobrevivência e crescimento, utilizando-se de programas de “Qualidade Total” e “Reengenharia” a fim de modernizaram o parque industrial brasileiro, tão retalhado nos últimos tempos, proporcionando um aumento da

competitividade e um aumento de produtividade, mas também esta política causou um efeito revés a economia do Brasil – a explosão do desemprego.

Contudo, se de um lado existiu a tentativa de implantar um conceito de modernização na economia e no comércio externo, o país, pelo menos até no presente momento, não conseguiu melhorar os resultados da balança comercial e está deixando dúvidas também, sobre o real aumento da eficiência e competitividade da economia nacional. Por outro lado, até o setor agrícola que foi o verdadeiro sustentáculo das contas da Balança de Pagamento do Plano Real – a âncora verde, angariou sequelas irreversíveis dentro desta política em conjunto com a população brasileira, também possuindo uma dívida social irresgatável, devido a redução do nível de emprego que trouxe consigo a diminuição da renda e da própria qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Almanaque Abril.** 26ª ed. São Paulo: Abril, 2000, p.131-133.

AMARAL FILHO, Jair do. **Balanco da execução do Plano Real.** Seminário: Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará. 1995, p.01-10.

**BACEN.** Boletins. Brasília. Diversos ano.

BLECHER, Bruno. Crise do Real atropela os argentinos. **Folha de São Paulo**, 09 de fevereiro, 1999, 5º Cad., p.01.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio.** 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1997, p.623.

CARVALHO, M.<sup>a</sup> Auxiliadora de. **Prognóstico Agrícola.** V.02, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1998, p.07.

**Comércio Exterior Agrícola.** [On line]. Disponível na Internet. [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Arquivo capturado em 10 de junho de 2000, p.02-05

DORNBUSH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia.** 2ª ed. São Paulo: Makron, McGraw – Hill, , 1991, p.202-245.

DORNELLES, Francisco. Governo vai agir contra barreiras a produtos brasileiros. **O POVO**, 17 de setembro, 1997. 2º Cad., p.07.

FERNANDES, Hélio et al. **Brasil pode boicotar Rodada do Milênio.** [On Line]. Disponível na Internet. [www.tribuna.inf.br/economia01.htm](http://www.tribuna.inf.br/economia01.htm). Arquivo capturado em 25 de novembro de 1999, p.03.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.01-04.

\_\_\_\_\_, M.<sup>a</sup> Isabel A. **A Idéia Social Neoliberal: Caracterização**. Texto (Seminário). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1997-a, p.01-04.

FURTADO, M.<sup>a</sup> Isabel A. **A Ideologia Liberal: Fundamentação do Sistema Capitalista**. Texto (Seminário). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1997-b, p.01-06.

Indicadores da Agropecuária, **CONAB**. Ano IX, nº03, 2000, p.47 e 48.

JANK, Marcos Sawaya. Negociações Começaram em 1947. **Folha de São Paulo**. 25 de novembro, 1999. 2º Cad., p.02.

**Jornal dos Economistas**. Fevereiro de 2000, nº130, p.02.

MALAGUTI, Manoel L. et al. **Neoliberalismo: A Tragédia do Nosso Tempo**. 1ª ed. V.65. São Paulo: Cortez, 1998, p.27.

MANTEGA, Guido et al. **Custo Brasil: Mitos e Realidades**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p.11-18.

MANTESCO, Virene Roxo. Economia Internacionalizada precisa exportar. **Gazeta Mercantil**, 19 de janeiro, 2000. 2º Cad., p.01.

MELO, Fernando Homem de. **(Des)Equilíbrio Econômico & Agronegócio**. 20ªed. Viçosa: Gomes & da Costa, 1999, p.21.

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Boletins. Brasília. Diversos anos.

PENNANCE, F. G.; SELDON A. **Dicionário de Economia**/tradução de Nelson de Vicenzi. 3ªed. Rio de Janeiro: Bolck, 1977, p.126.

PINHO, Diva B. et al. **Manual de Economia**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993, p.437-442.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, n.º 32, 1994, p.101-131.

**Revista Conjuntura Econômica**. Edições diversas.

RÓSSI, Clóvis E. L. União Européia rejeita abertura agrícola. **Folha de São Paulo**, 28 de junho, 1999. 1º Cad., p.08.

SANDRONI, Paula. **Novo Dicionário de Economia**. 9ª ed. São Paulo: Best Seller, 1998, p.60 e 61.

SANTOS, Denise E. C. M. **A Dinâmica da Balança Comercial Brasileira no Processo de Abertura Econômica**. 80p. Monografia (Bacharelado em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1999, p.51-72.

**SECEX**. Boletins. Brasília. Diversos anos.

SILVA, Carlos E. L. França veta negociação com Mercosul. **Folha de São Paulo**, 05 de junho, 1999, 2º Cad., p.01.

SIMONETTI, Eliana. Países Pobres querem maior participação na riqueza mundial. **VEJA**, nº08, ano 33, 2000, p.122-126.

SODERSTEN, Bo. **Economia Internacional**/tradução de Flávio Wanderley Lara. 1ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1979, p.64.

VESENTINI, José William. **Brasil: Sociedade & Espaço**. 27<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 1997, p.32 e 33.

VICENTI, J. R.; CARVALHO, M. <sup>a</sup> de. **O Comércio de Produtos Agrícolas após a Desvalorização do Real**. [On Line]. Disponível na Internet. [www.iea.gov.br](http://www.iea.gov.br). Arquivo capturado em 05 de junho, 2000, p.01-04.

## Anexo

**Tabela I**

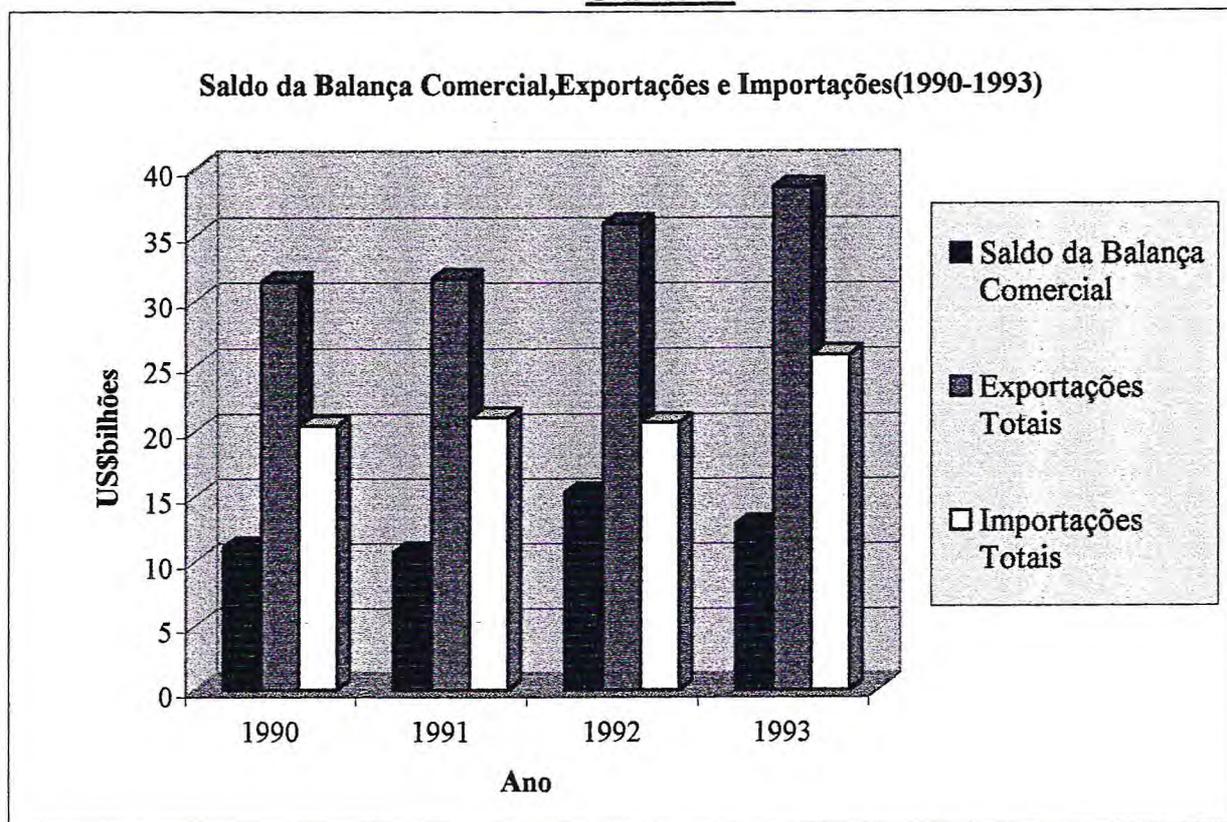
<b>Reservas Internacionais</b>	
<b>Ano</b>	<b>Valor (US\$ Milhões)*</b>
1994	38.806
1995	51.840
1996	60.110
1997	52.173
1998	44.556
1999**	41.918

Fonte: Banco Central apud Almanaque Abril

Nota: \*Posição de Liquidez Internacional

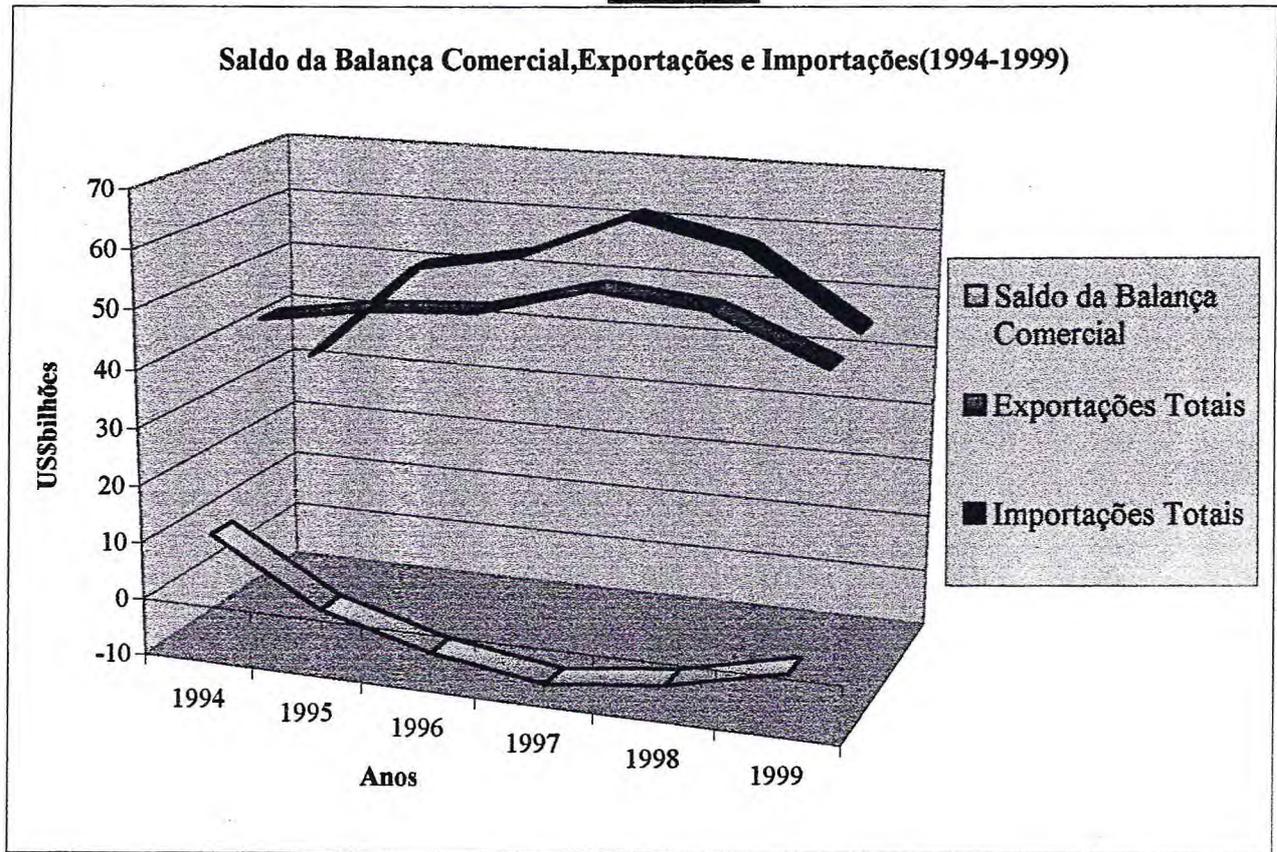
\*\*Até Agosto

**Gráfico III**



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria

**Gráfico IV**



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos. Elaboração própria

Tabela X

Saldo da Balança Comercial								
Principais Produtos de Origem Agropecuária -1998/1999/Jan a Fev de 2000								
Produto	1998		1999		1999		2000	
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro		Janeiro a Fevereiro		Janeiro a Fevereiro	
	(t)	US\$1000FOB	(t)	US\$1000FOB	(t)	US\$1000FOB	(t)	US\$1000FOB
Açúcar	8.371.268	1.943.382	12.100.083	1.910.665	1.309.076	263.562	1.259.093	196.980
Algodão	(320.413)	(381.163)	(209.915)	(188.975)	(48.859)	(52.652)	(37.863)	(25.355)
Amendoim	6.430	5.544	(293)	829	1.905	1.315	(1.574)	(1.017)
Arroz	(1.506.855)	(541.535)	(1.155.557)	(261.165)	(268.497)	(82.967)	(171.186)	(33.182)
Aveia	1.175	220	902	139	50	5	327	26
Azeitona	(36.488)	(48.227)	(37.347)	(40.888)	(3.626)	(4.648)	(6.443)	(7.868)
Azeite de Oliva	(27.507)	(85.692)	(23.035)	(75.284)	(2.995)	(9.624)	(3.565)	(11.359)
Cacau	47.373	113.265	(12.313)	34.870	213	6.062	2.229	13.060
Café	1.038.115	2.599.286	1.321.035	2.457.971	209.282	423.636	156.718	327.424
Carne	845.991	1.382.940	1.171.897	1.841.808	133.774	224.189	187.743	248.827
Castanha de Caju	31.882	142.575	14.446	133.876	2.854	15.302	4.295	24.700
Castanha do Pará	15.104	21.114	6.081	11.047	802	1.106	328	811
Cera de Carnaúba	13.244	44.378	14.119	36.022	1.621	5.389	1.718	5.920
Cevada	(722.092)	(206.417)	(669.165)	(145.878)	(95.089)	(26.509)	(148.109)	(30.923)
Couro/Calçado	268.823	1.677.460	257.295	1.579.617	42.821	264.360	51.125	304.839
Erva Mate e Chá	13.370	32.315	17.918	30.144	1.713	3.958	2.623	4.774
Feijão	(188.943)	(138.468)	(87.689)	(26.358)	(15.161)	(5.950)	(5.550)	(1.427)
Flores e Plantas	1.969	4.080	3.226	7.647	317	1.177	278	1.555
Fruta, Exc.Laranja	(181.249)	(195.224)	56.209	(56.473)	(2.754)	(10.355)	29.087	2.170
Fumo	370.161	1.480.977	354.563	947.895	23.639	61.327	27.403	55.345
Girassol	(85.116)	(77.484)	(44.576)	(19.621)	(11.299)	(7.366)	(13.875)	(4.671)
Lã/Pelos Diversos	6.324	9.575	5.267	2.333	888	1.239	1.682	545
Laranja	1.549.771	1.314.423	2.143.106	1.334.789	148.841	161.634	372.363	248.941
Leite e Laticínios	(381.123)	(500.713)	(379.275)	(432.431)	(48.154)	(60.854)	(63.615)	(73.047)
Madeira/Manufat.	3.137.294	1.024.677	3.491.808	1.334.456	467.304	163.869	604.267	221.851
Pasta de Madeira	2.484.958	889.372	2.767.995	1.075.063	470.256	153.451	521.418	250.252
Mamona	34.012	30.909	17.392	16.203	3.154	2.676	(1.124)	(1.255)
Mandioca	14.013	4.631	9.992	2.921	1.284	394	842	296
Milho	(1.686.586)	(180.414)	(798.780)	(79.461)	(244.085)	(26.041)	(327.241)	(31.811)
Óleo de Dendê	(11.135)	(6.223)	3.543	4.971	4.140	3.055	(1.008)	(283)
Gord./Óleos Veget.	(5.939)	(2.020)	(91)	1.560	997	647	79	186
Ovos	5.171	11.705	2.402	4.546	299	515	531	541
Papel e Celulose	(711.256)	8.340	571.659	232.958	93.131	27.658	92.450	50.375
Peixes/Crustáceos	(152.147)	(300.039)	(123.974)	(134.788)	(27.014)	(49.884)	(28.796)	(37.410)
Pimenta	17036	77.019	19.433	86.955	2.698	12.366	1.154	5.575
Seda	2.750	60.983	1.983	49.205	312	8.468	419	9.973
Sisal	96.963	75.973	84.090	58.465	14.642	10.864	21.903	13.651
Soja	19.885.049	4.396.195	20.080.615	3.616.376	1.444.041	281.209	1.110.699	195.429
Sorgo	(1.700)	(1.741)	(20.935)	(1.878)	(5.697)	(542)	(117)	(61)
Sucos, Exc.Laranja	2.140	15.601	29.415	41.710	878	3.694	5.947	5.728
Trigo	(6.707.280)	(881.044)	(7.078.503)	(868.844)	(1.177.893)	(147.866)	(1.320.525)	(134.923)
Vinho, Vermute e Mosto de Uva	(16.278)	(60.236)	(19.957)	(72.015)	(985)	(5.827)	(1.703)	(6.393)
A: Total Acima		13.760.299		14.450.712		1.612.042		1.685.708
B: Total Brasil		-6.592.836		-1.206.420		-594.086		-1.376.294

Fonte: SECEX/DECEX. Elaboração CONAB/SEPLA/NUPLA e SUREG-SP/SETAT